



Universidade de Brasília

Faculdade de Educação

**AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA PARA A
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EMPREENDEDORAS (AME) – UMA
POSSIBILIDADE DE REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL NA
PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.**

Rosiana Souza Silva

Brasília, julho de 2013.



Faculdade de Educação

**AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA PARA A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES
EMPREENDEDORAS (AME) – UMA POSSIBILIDADE DE REESTRUTURAÇÃO
ORGANIZACIONAL NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.**

Rosiana Souza Silva

Brasília, julho de 2013.

SILVA, Rosiana S.

Associação de Mulheres Empreendedoras – Uma proposta de reestruturação organizacional por meio da implantação de um sistema de autogestão com base na Economia Solidária.

Rosiana Souza Silva: Brasília: UnB. 2013.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, 2013.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Marise Salles Carvalho.

TERMO DE APROVAÇÃO

Rosiana Souza Silva

AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA PARA A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EMPREENDEDORAS (AME) – UMA POSSIBILIDADE DE REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da Professora Dr.^a Sônia Marise Salles Carvalho.

Comissão Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Sônia Marise Salles Carvalho

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof. Dr.^a Teresa Cristina Cerqueira

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof. Dr. José Luiz Villar Mella

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília, julho de 2013.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus que me sustenta
e cuida de mim com zelo, sabedoria e amor.
Ao meu marido Wilson Araújo de Lima, amigo
e companheiro de jornada, presente de Deus
em minha vida, que sempre esteve ao meu
lado, que sempre foi e é meu maior incentivador,
que se dedica a mim com amor, paciência e alegria.
E aos amigos que me deram suporte para
que eu tivesse base para chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Deus, por ter me permitido chegar até aqui e por ter me sustentado para alcançar mais uma conquista na minha vida, pelo amor, pela proteção e pelo cuidado comigo e com meus amados.

Agradeço ao amor da minha vida, meu marido Wilson Araújo de Lima, pela constante presença, pelo apoio ininterrupto, pela força que sua existência me proporciona, pelo amor, pela paciência e incentivo para eu seguir adiante e alcançar meus objetivos na caminhada dessa vida. Que estejamos juntos mesmo depois que Cristo voltar.

Agradeço aos meus pais Helenice Baptista de Souza e Agostinho Ferreira da Silva Filho, aos meus 4 avós, por me darem a oportunidade da vida e à minha família pela história de vida que me permitiu crescer e ser quem eu sou hoje.

Ao meu irmão, Vinicius de Souza Silva, por existir, por ser esse menino de caráter e sincero, mas também por “usá-lo” incognitadamente em minhas experiências pedagógicas.

Aos meus queridos amigos e amigas pela paciência nos momentos de ausência, pela paciência nos momentos de aflição, pelos incentivos e pela força que me dedicaram durante essa jornada.

Agradeço especialmente aos amigos especiais que fiz durante a jornada acadêmica e que vão ficar após ela: Litiane Moreira paciente e sábia meu suporte em horas difíceis, Rubens Leal, pela lealdade e sinceridade nas horas mais improváveis, Sueli França pelo exemplo de dedicação, responsabilidade e crescimento pessoal e profissional, Maradélia Adriano, pelas conversas, carinho, alegria e brincadeiras nos momentos mais difíceis, Naira Naves pela simplicidade, doçura, sensatez e beleza, Daniele Leite, pela amizade e gentileza, Larissa Lima pela autenticidade, carinho e alegria e Priscila pela amizade desinteressada e descoberta de como podemos ser importantes na vida de alguém.

Agradeço a todas as pessoas que participaram e contribuíram em minha formação acadêmica, profissional e pessoal, e que também somaram para o meu crescimento e desenvolvimento como educador e como ser humano.

A professora Sônia Marise Salles Carvalho, por ter me acompanhado nesta trajetória acadêmica e ter me proporcionado orientação e aprendizado.

Agradeço à banca examinadora pela cordialidade e atenção em dispensada a esse trabalho.

A todos os meus professores que contribuíram, através de seus conhecimentos para o meu crescimento acadêmico e profissional.

À Associação Telecentro de Informação e Negócios (ATN) pela experiência profissional que me proporcionaram durante esses quase cinco anos, em especial a amiga Carmen Chaves, cujo conhecimento e competência extrapolam a esfera profissional, pela oportunidade de conviver contigo e por permitir ser sua amiga.

À Associação de Mulheres Empreendedoras (AME) pelo convite que me deu a oportunidade de produzir essa proposta de pesquisa.

A todos que fazem parte da minha vida e que contribuíram para a realização deste trabalho. Muito obrigada!

EPÍGRAFE

"Por que o SENHOR dá a sabedoria, e da sua boca vem a inteligência e o entendimento... Porque melhor é a sabedoria do que joias, e de tudo que se deseja nada se pode comparar com ela".

(Bíblia Sagrada, Provérbios 2:6 e 8:11.)

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	05
AGRADECIMENTOS	06
EPÍGRAFE	08
SUMÁRIO	09
 RESUMO.....	 10
APRESENTAÇÃO	12
 PARTE I	 14
MEMORIAL ACADÊMICO.....	14
PARTE II	27
INTRODUÇÃO.....	27
CAPÍTULO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS, O TERCEIRO SETOR E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	29
CAPÍTULO 2: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA EM PESQUISA NA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS – AME.....	52
2.1. METODOLOGIA	52
2.2. O LUGAR DA PESQUISA-AÇÃO:.....	55
2.3. O SURGIMENTO DO INTERESSE SOBRE O TEMA GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS:	64
2.4. PROPOSTA PEDAGÓGICA, RESULTADOS E ANÁLISE.	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
PARTE III	85
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	85
REFERÊNCIAS	86
ANEXOS	91
Anexo 1: Estatuto da AME.	91

AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA PARA A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EMPREENDEDORAS (AME) – UMA POSSIBILIDADE DE REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.

RESUMO

O presente trabalho final de curso consiste em um relato de experiência pedagógica, diante da minha atuação como gerente de projetos em uma Organização Não Governamental (ONG), a Associação das Mulheres Empreendedoras – AME. O objetivo desse trabalho final de curso é propor um processo de reestruturação organizacional por meio da implantação de um sistema de autogestão com base na Economia Solidária na ONG, como instrumento de transformação social. A proposta de intervenção tem como metodologia a pesquisa-ação, considerando a participação ativa nos papéis de pesquisadora e ao mesmo tempo agente ativo de transformação, onde ensino-aprendizagem são constantemente construídos de forma colaborativa entre todos os atores participantes. Os trabalhos fizeram uso da Dádiva – dar, receber e retribuir como ferramenta direcionadora e um olhar voltado para fortalecimento institucional da organização. Ao estabelecer um processo de trabalho mais sustentável, espera-se que haja um salto de qualidade e proficiência nos produtos e serviços educacionais ofertados ao público alvo da organização. Cabe destacar, que a reestruturação dos processos de trabalho, assim como a construção e reconstrução sistemática dos mesmos, ainda está em andamento, e deve ser uma ação contínua, fruto de avaliações, construções e reconstruções do dia a dia. Ante as ações empreendidas durante essa pesquisa-ação, a organização mostra resultados crescentes e animadores, sendo possível ver claramente o amadurecimento dos processos internos e externos da organização, exemplo disso é o trabalho cada vez mais colaborativo, a qualidade das propostas de projetos educacionais, a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, além da ampliação do número de vagas ofertadas nos cursos. A AME também tem buscado se concentrar na implantação dos processos autogestionários de trabalho, como um processo educativo que deve ser empreendido no dia a dia da organização de acordo com as orientações e premissas da Economia Solidária.

Palavras-chave: Pedagogia, Auto Gestão, Economia Solidária, Organização Não Governamental (ONG) e Dádiva.

SILVA, Rosiana S. AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA PARA A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EMPREENDEDORAS (AME) – UMA POSSIBILIDADE DE REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Brasília-DF, Universidade de Brasília/Faculdade de Educação (Trabalho de Conclusão de Curso), 2013.

APRESENTAÇÃO

O trabalho de final de curso reflete o registro da experiência pedagógica na AME, focado no seu processo de autogestão, baseando-se nos princípios da Economia Solidária – autogestão, solidariedade democrática e sustentabilidade, direcionado especificamente aos processos de trabalho.

Desse modo, pretende-se estabelecer um vínculo da organização com a Economia Solidária, no sentido do esforço democrático, solidário e autogestionário, e ainda, na identificação da organização como uma entidade de apoio e fomento à Economia Solidária. Tal movimento coopera com a disseminação do conceito e práticas da Economia Solidária como uma nova proposta de vida em sociedade, geradora de transformação social para mulheres, especialmente as vítimas de violência atendidas pela ONG.

O trabalho está dividido em três partes: Na primeira, apresento meu memorial educativo, onde cito um pouco sobre minha trajetória de vida acadêmica, pessoal e profissional, quando passei por diversas situações que revelaram o meu interesse pelo tema aqui trabalhado.

Na segunda parte, tratamos do estudo de pesquisa configurado aqui como relato de experiência, demonstrando a atuação pedagógica desenvolvida no ambiente de uma ONG (Organização Não Governamental).

Antes de apresentarmos o local da pesquisa, abordamos pesquisas bibliográficas relevantes que nos fundamentam teoricamente para a compreensão a cerca do tema e da proposta de intervenção, a partir de um breve apanhado sobre Políticas Públicas relacionadas ao estabelecimento do Terceiro Setor e ao surgimento e conceitos da Economia Solidária, sobretudo com foco na autogestão, um dos quatro princípios fundamentais da Economia Solidária e suas relações com os conhecimentos pedagógicos (nesse caso, essenciais para a formulação e implementação da proposta de reestruturação) e com a organização foco de nossa pesquisa. Essa pesquisa bibliográfica contribuiu para entender os conceitos relacionados ao campo da investigação.

Em seguida apresentamos o local da pesquisa-ação e a proposta de intervenção, que foi empreendida na AME (Associação de Mulheres Empreendedoras), uma organização privada, sem fins lucrativos, fundada em 2004 por mulheres empreendedoras, bem sucedidas, que oferece capacitação profissional para o resgate da autoestima e o favorecimento do ingresso dessas mulheres no mercado de trabalho, em prol da valorização da mulher.

Todo o trabalho foi realizado de acordo com o método da pesquisa-ação, de cunho qualitativo, desenvolvido no campo da pesquisa, a partir da atuação direta do pesquisador e objeto de pesquisa. Justifica-se a escolha dessa metodologia, pois a pesquisadora possui vínculo direto com o objeto pesquisado, haja vista ela ser parte do corpo de funcionárias da ONG pesquisada. A pesquisa-ação nesse trabalho tem como objetivo estabelecer um diagnóstico, entendendo o problema e estabelecer intervenções planejadas em colaboração com o grupo, objeto da pesquisa.

Por fim, a terceira parte, onde falaremos sobre minhas perspectivas acadêmicas e profissionais.

PARTE I

MEMORIAL ACADÊMICO.

Esse breve relato tem como objetivo abordar meu processo de escolarização por meio de minha história de vida e de minha trajetória de trabalho, a partir de alguns acontecimentos onde poderemos identificar a construção das várias questões. Acredito que esses fatos tenham me direcionado o rumo da minha trajetória acadêmica e profissional, como poderá ser apreciado por todos nessas poucas linhas onde tento resumir um pouco dessa história.

Iniciarei apresentando minha composição familiar:

Sou membro de duas famílias naturais do nordeste. Minha família materna tem origem baiana (minha avó) e origem cearense (meu avô). Minha avó é dona de casa, mãe de quatro filhos (duas mulheres e dois homens), alfabetizada, mas com pouca escolarização, sabe fazer contas, escreve pouco, mas inteligível e lê suficientemente bem e tem interpretação mínima do que foi lido. Meu avô é mecânico, cozinheiro e pescador, mas não foi alfabetizado, contudo possui grande sabedoria em conhecimento de vida. Ambos sempre foram para mim exemplo de caráter e de virtude, ética e dignidade.

Quando criança eu entendia que cada um dentro da família tinha um papel específico, homens e mulheres tinham funções muito claras. Entre as memórias que consigo resgatar, em algumas atividades consigo identificar e analisar a presença de configurações bem distintas entre homens ou mulheres. Tenho bem destacadas as seguintes: A casa, o almoço, as crianças e o trabalho - minha avó fazia a comida, enquanto minha mãe e minha tia arrumavam a casa; meu avô trabalhava na oficina, que ficava no quintal de casa. Não tenho muitas lembranças da presença dos meus tios nesse processo, a não ser na hora do almoço, quando todos estavam reunidos na sala. Meu avô como chefe da casa sempre era servido primeiro, depois meus tios (servidos pela minha avó), minha mãe e minha tia serviam as crianças e depois se serviam, por último minha avó colocava seu prato.

Além dessas atividades cotidianas, outras atividades também eram distintas, em relação à questão de gênero, por exemplo, as mulheres tinham a função de sair com as crianças, pois os homens sempre estavam trabalhando e em seus horários de folga estavam com os amigos jogando bola, pescando ou no bar conversando, enquanto as mulheres iam ao shopping, ao circo, ao parque ou ao clube com as crianças.

Esse relato explicita muito bem a configuração de uma família tradicional regida por uma sociedade machista e patriarcal, onde a divisão de tarefas entre homens e mulheres é bem clara. As tarefas de trato com a casa, alimentação e cuidado com as crianças são destinadas às mulheres e as tarefas de aquisição de renda familiar são destinadas aos homens.

Ambas as famílias possuem conformação religiosa cristã, porém minha família materna é até hoje católica e a família paterna evangélica, o que explica a rigidez em relação a esses processos secularmente estabelecidos.

Tenho dois irmãos: um menino de 21 anos, irmão de pai e mãe, que mora comigo, um menino doce, sincero e que amo muito. Juntos passamos por muitas alegrias e tristezas, mas nos fortalecemos também, nosso próximo desafio é o ingresso dele na faculdade e sei que vamos conseguir. Já minha outra irmã, apenas por parte de pai, tem 20 anos e também está cursando química na UnB. Os dois possuem histórias de vida bastante diferentes.

Nossos pais nunca fizeram distinção em relação à educação, deixando sempre claro que a educação é essencial para uma vida melhor, menos sofrida e que o conhecimento é para todos. De fato as diferenças entre nós se dá muito por conta da diferente história de vida de cada um de nós três, das oportunidades e dificuldades que cada um passou na infância, por nossa configuração familiar, além do apoio dado em relação aos processos psicológicos de cada um de nós.

Minha família paterna tem origem piauiense, os dois avós com pouca escolarização, o que os levou a sapiência da grande importância da educação para a ascensão na vida social e realização pessoal. Todo recurso financeiro que tinham

investiram na educação dos filhos, meu pai aproveitou ao máximo essa oportunidade. Hoje é funcionário público, mestre, graduado em ciências econômicas, pela Universidade Católica de Brasília.

A configuração da minha família paterna não é muito diferente da configuração da minha família materna, com eles eu sempre convivi muito menos do que com minha família materna. Por isso tenho poucas considerações a fazer.

Meus pais são divorciados há muitos anos. Os dois se casaram novamente com outras pessoas. Eu, minha mãe e meu irmão fomos morar em São Paulo logo após a separação de meus pais, lá me casei, tenho uma vida feliz e completa junto com a pessoa meu amado companheiro, presente de Deus. Fomos morar juntos quando eu terminava de o ensino médio. Depois de morar um pouco mais de cinco anos em São Paulo, fomos juntos morar no estado de Pernambuco, onde passamos seis meses, e então, nos mudamos para o estado da Bahia, onde vivemos por mais dois anos, mas por motivo de saúde viemos para Brasília, onde moramos há mais de 8 anos.

Durante todo o meu processo de escolarização tive que me adaptar com as mudanças, às vezes bruscas, pois minha família mudava muito (de residência, de situação financeira) e consequentemente eu mudei várias vezes de escola, de professores, métodos educacionais, exigências disciplinares, amigos, nível social das pessoas com as quais me relacionava no contexto sócio escolar e convivi com várias concepções de gênero, essa última menos evidente na minha infância. Todas essas mudanças me deixavam muito confusa. Mas tive que me adaptar.

Em alguns momentos lutei muito, pois sabia a importância da formação escolar, entendida durante longas conversas com meu pai, que dizia das dificuldades geralmente encontradas por quem não tem ou não teve oportunidades de estudar, do preconceito contra as pessoas com pouca escolarização e do “destino promissor” de quem tem boas oportunidades de estudar durante toda a vida.

Ingressei na educação infantil aos quatro anos de idade, depois de fazer um teste de “capacidade intelectual”, no qual fui aprovada por saber contar, distinguir e nomear as cores, numa escola particular, me considerou apta para ir direto para o 2º ano do jardim (classe com crianças com média de idade maior que a minha).

Não lembro qual método de aprendizagem foi usado comigo, se analítico ou sintético, mas lembro de usar cartilhas e que sempre fui muito elogiada por todos pelos lindos desenhos que fazia. Lembro também que algumas vezes era obrigada a usar o caderno de caligrafia, pois minha letra não era bonita e “menina tinha que ter letra bonita”. Sempre gostei de brincar com os meninos, correndo na rua, nunca gostei de bonecas, mas sim de carrinho, adorava subir em árvores e todas as outras brincadeiras de criança consideradas “mais adequadas para os meninos”.

Toda vez que eu chegava da escola, só ia brincar na rua depois de fazer todos os deveres de casa. Minha rotina de estudos sempre foi muito cheia, pois meus pais me cobravam muito, mas nunca tive dificuldades em estudar, fazia por prazer e isso facilitava muito pra mim.

Durante o ensino fundamental, estudei de 1ª a 3ª, série numa escola particular confessional em Taguatinga Norte – DF (JMJ), o material escolar era de ótima qualidade, mas muito cara, assim como a estrutura física e organizacional, os professores eram competentes e havia auxílio psicológico. Sempre me dediquei à escola por vontade e não obrigação, mas a escola era muito rígida quanto ao comportamento dos alunos e tinham uma política autoritária e impositiva que deixava os alunos receosos de qualquer livre expressão.

Da 4ª a 6ª série estudei no Centro Educacional Católica de Brasília, também confessional, o ensino era de alta qualidade, estudava pela manhã e mais três vezes por semana permanecia na escola até as 18h00 horas, pois fazia aulas de ginástica rítmica, eu adorava, era a atividade de lazer que eu mais gostava de fazer.

Durante a transição da 6ª para a 7ª série meus pais se separaram e me mudei para a cidade de São Paulo com minha mãe e meu irmão. Quando minha mãe foi me matricular numa escola pública perto de casa não fui aceita na 7ª série,

pois não tinha idade para ingressar numa turma de alunos mais velhos que eu, segunda diretora “eu estava avançada demais para cursar a sétima série”. Minha mãe tentou argumentar, mas sem conhecimentos legais e sem instrução de alguém competente, aceitou a imposição e me matriculou novamente na 6ª série. Até hoje não compreendo como os profissionais da educação foram tão alheios e despreparados a essa situação! As consequências poderiam ter sido muito graves.

Entrei na escola frustrada e indignada por ter que refazer, sem motivo algum, uma série que me custou um ano perdido na escola, digo perdido porque o ensino era péssimo, os professores despreparados, as condições físicas da escola eram muito ruins e reví na 6ª série o que havia visto na 4ª e 5ª séries nas escolas anteriores em Brasília. Minhas notas caíram de rendimento, meu esforço e autoestima também. Segui em frente, não repeti nenhum ano, passei com as melhores notas e estudei nesta escola até 1º ano do ensino médio.

Essa foi uma das fases mais conturbadas da minha vida, pois vivia uma nova vida sem a presença do meu pai, além de estar recém-chegada à comunidade e só ter algumas primas para me apresentar a outros amigos. Eram todos mais velhos que eu, com hábitos diferentes, costumes, rotinas e pensamentos de vida completamente desconhecidos, vivi situações as quais antes eu não podia imaginar que fariam parte da minha vida, em todos os sentidos. Eu tive que construir, desconstruir e reconstruir novos e diferentes conceitos. Sofri preconceitos e também os pratiquei, até adquirir uma maturação parcial, forçosa, mas necessária para incluir-me à nova configuração que tomara minha vida. A vida na periferia de São Paulo nem de longe se compara à vida na periferia de Brasília. Não mesmo!

Logo depois, mudei com meu marido para o estado de Pernambuco, onde cursei o 1º semestre do 2º ano do ensino médio, lá o ensino tinha muito mais qualidade técnica profissional e as instalações físicas da escola pública, apesar de mais simples, eram melhores.

De mudança novamente, nos mudamos para a cidade Serrinha, interior do Estado da Bahia, onde cursei do 2º semestre do 2º ano ao fim do 3º ano do ensino médio. E vieram mais frustrações, pois era tudo ruim, desde instalações até as raras

aulas de fato, professores não formados e quando formados, lecionavam matérias que nada tinham a ver com sua formação. Fiquei na Bahia dois, pois com 15 dias que havia me matriculado na escola, consegui um estágio na Caixa Econômica Federal da cidade. Havia apenas uma vaga que foi concorrida por 60 estudantes. Após concluir meu ensino médio esperamos apenas o término do estágio para nos mudarmos para Brasília, pois tinha que fazer uma cirurgia delicada e todos, principalmente meu pai e marido, acharam melhor que a cirurgia fosse feita em Brasília.

Minha vida de casada sempre foi ótima, vivemos bem e conseguimos administrar bem as divergências e dificuldades que eventualmente surgem. Agradeço a ele que cuida de mim com tanto amor, carinho e atenção nesses muitos anos juntos.

É importante perceber que a família é a mais importante instituição social e está no núcleo de formação do processo educativo, fixando modelos, formas e valores, produzindo sujeitos e significados sociais.

As pessoas mais significativas nesse processo foram meu pai e meu marido. Meu pai, como ponto de referência profissional e meu marido, por sua ajuda, apoio e dedicação, ele foi, e é o meu maior colaborador e incentivador. Todas as situações que vivi me possibilitaram enxergar o quanto a política de governo e seus interesses podem beneficiar ou estagnar a educação de um país, colocando a serviço da população pessoas despreparadas em estruturas desorganizadas, evidenciando a política de dominação da elite, fortalecendo conceitos segregadores que muitas vezes favorecem e estimulam a formação de cidadãos reprodutores dessa mesma lógica.

Minha história pessoal de vida, me levou a minha atual escolha profissional, pois um dos objetivos da AME é o fortalecimento e empoderamento pessoal e profissional das mulheres. Gosto muito dessa temática.

Depois da cirurgia, meu pai pagou um cursinho pré-vestibular e por todos os lados à pressão era grande, então prestei o 1º vestibular 2006 da UnB para o curso de Administração, mas não passei. Agora sem cursinho, desestimulada, mas ainda assim pressionada pelo meu pai a prestar vestibular, fiz o 2º vestibular 2006 da UnB para pedagogia e aqui estou. Nesse período destaco o que considero tão importante quanto minha trajetória intelectual dentro da universidade, ao amigos que fiz, com eles conheci muitas coisas, compartilhei alegrias, tristezas, mas sobretudo, conhecimento e companheirismo. Agradeço a todos eles por serem meus amigos apesar de todos os meus defeitos e por terem permanecido na minha vida, apesar das dificuldades da vida (Litiane Moreira, Rubens Leal, Sueli França, Maradélia Adriano, Naira Naves, Daniele Leite, Larissa Lima e Priscila Damasceno). Passei no 1º semestre com ótimas notas, fiz meu 1º curso de verão e logo fui chamada para assumir um cargo numa empresa de assessoria jurídica como cobradora (área que trabalhei quando estagiava na Caixa Econômica Federal). Agradeço especialmente à minha grande amiga Litiane, que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis e suportou todas as minhas chatices.

Cansada com a nova rotina, o trabalho exigia muito de mim, responsabilidade, tempo, o curso e o trabalho foram ficando estafantes e exaustivos, por causa do trabalho, da falta de tempo e estresse. Mas crescer e se desenvolver exige responsabilidade e sacrifício. Hoje estou no 13º semestre de Pedagogia, entrei em uma crise de depressão, mas encontrei professores ótimos que souberam me apoiar e ajudar nos momentos mais difíceis, assim como também encontrei professores terríveis, sem humildade, sem a menor sensibilidade às diferenças e dificuldades dos estudantes (o fato de estar doente e ainda não ter apoio de alguns professores, me levou a abandonar 1 semestre e em seguida trancar outro).

Saí do emprego de cobrança, ingressei num estagio na área de educação numa OSCIP, onde trabalhei por 5 anos, passei de estagiária para coordenadora de projetos educacionais e em seguida para gerente de projetos responsável por todos os projetos desenvolvidos na organização. Lá fiz a minha escola sobre o Terceiro Setor. Aprendi muito e encontrei pessoas que me marcaram, umas me ensinaram como não ser e como não fazer, mas outras foram anjos que passaram por mim e

ficarão em meu coração e mente para sempre, pois me proporcionaram crescimento pessoal, profissional e espiritual.

Foi nessa época que voltei a ter dificuldades em me dedicar mais firmemente às disciplinas na UnB, pois o trabalho voltou a exigir muito minha dedicação, assumi projetos de extrema importância para a organização, assim como a gerência de relevantes parcerias como a IBM Brasil, Microsoft, SEBRAE e Ministério de Minas e Energia, entre outros. Viajava muito e por vezes tive que renegociar datas de trabalhos e provas com colegas de turma e professores.

Mas também foi exatamente nesse contexto quando me dediquei mais ainda à verificar a necessidade de profissionalização dos profissionais que atuam no terceiro setor, pois vi o quanto o nível de profissionalização faz diferença para que os trabalhos em prol das comunidades sejam desenvolvidos da melhor forma, elevando assim, a qualidade dos produtos e serviços oferecidos à ela.

Tive a oportunidade de me relacionar profissionalmente com pessoas do alto escalão de multinacionais e tinha que estar em pé de igualdade técnica e profissional com eles. Não podia deixar que pensassem que eu por ser uma profissional do terceiro setor não era capacitada para trabalhar com pessoas tão bem instruídas.

Confesso que o processo foi árduo, pois tudo que aprendi até hoje, é fruto de esforço pessoal. Sem dinheiro, nem tempo para fazer um curso de gerência de projetos ou de captação de recurso, exercia essas e outras funções, sempre me dedicava muito e me espelhava em pessoas que admiro, como na minha ex-diretora administrativa e financeira, Carmen Chaves, amiga sincera, mulher independente, mãe virtuosa, esposa amável, filha exemplar, advogada e profissional competente. Foi nessa mulher de fibra, de coração bom e humana que eu me espelhei e espelho até hoje, pois como todas nós ela passa por dificuldades, mas mantém sempre a humanidade e profissionalismo. Coisa não muito comum hoje em dia.

Após esses cinco anos de atuação no terceiro setor, me apaixonei pela área. Gosto de trabalhar com questões sociais. Em fevereiro de 2013, alguns meses depois de ter ministrado um dos workshops de uma série de workshops regionais, frutos da parceria entre a organização que trabalhava e a IBM, recebi o convite da Vice-Presidente da Associação das Mulheres Empreendedoras - AME, que participara da edição em Brasília, do Workshop Boas Práticas na Gestão de Organização Sociais, para assumir a gerência da organização.

A proposta me deixou muito feliz, pois era o reconhecimento de anos de trabalho e dedicação árduos, além de vir junto com a oportunidade de trabalhar num contexto que sempre fui militante, o fortalecimento da mulher nos ambientes sociais, sobretudo no mercado de trabalho. Aceitei e hoje estamos aqui prontos para explorar meu relato de experiência na Associação de Mulheres Empreendedoras – AME, numa proposta de reestruturação organizacional por meio da implantação de um sistema de autogestão sustentável, mas os detalhes ficarão para o relato de experiência que seguirá posteriormente.

Os semestres foram se passando e fiz disciplinas encantadoras que enriqueceram muito meu currículo, como “o educando com necessidades especiais”, “administração das organizações educativas”, “libras”, “sociologia da educação”, “oficina do professor leitor” e “políticas públicas de educação”, essa última ministrada pela Professora Dra. Nara Pimentel, essa disciplina me chamou atenção especialmente pelo nível de competência da professora, que conseguia aliar afeto, técnica e dedicação ao processo de ensino e aprendizagem. Me apaixonei, não apenas pelo tema, mas pelo ato de educar exemplificado pela postura da professora Nara.

Viajando por esses Estados, vivenciando diferentes configurações culturais percebi claramente que o governo, principalmente por meio das escolas concentra em si um grande poder normativo. Percebi também que nem tudo é culpa dos educadores e que esses professores são submetidos a trabalhar em péssimas condições, em ambientes que nem sequer de longe favorecendo o processo de ensino e aprendizagem.

Cabe a nós educadores fazer a diferença no trato com as questões educativas, sobretudo no que diz respeito a ética com que tratamos nossos educandos, respeitando-os em suas escolhas, sendo sensíveis às suas dificuldades e orientando-os quando notarmos alguma necessidade de orientação de um adulto e respeitando as diversidades em sua amplitude.

É nesse sentido que procuro nortear minha postura pessoal e profissional, por isso, nosso comportamento como seres humanos cientes e respeitadores das pessoas como elas são, é apenas o princípio básico do processo de ensino e aprendizagem, que nesse caso se resume no exemplo de caráter que nós educadores damos aos nossos educandos por meio de nosso próprio trato com o outro.

Pude presenciar a vida sofrida do retirante nordestino que não tem acesso e/ou condições de permanência na escola, mas possui um imenso conhecimento de vida, educação, dignidade e ética. A mãe que teve pouco estudo, pois abandonou a escola para trabalhar arduamente e alimentar seus filhos, mas não admite que eles falem à escola. Professores que tomam a educação como uma paixão e acalentam os educandos como frutos, outros que não são dignos nem serem chamados de educadores, pois apenas ocupam lugar numa cadeira morta, às custas da sociedade. São exemplos que não se esgotam apenas na minha realidade. Essa história de vida é individual, mas também coletiva, onde cada ator tem importância e significado ímpar em minha construção com ser humano e um lugar especial nesse enredo.

Não podemos deixar que o descaso na educação e direitos humanos seja uma realidade permanente na sociedade, devemos cobrar nossos direitos por mudanças em caráter emergencial. A mudança é um processo coletivo, mas também individual.

Temos que valorizar mais as boas iniciativas de professores éticos e conscientes que enaltecem seu papel de professor e agente social, pois exercem um papel fundamental e precioso na formação crítica, criativa, autônoma e consciente do cidadão, que não é apenas um cidadão de seu país, mas cidadão global e, portanto, com direitos e deveres globais.

Mas o que fazer para mudar conceitos e praticas que historicamente são produzidas e reproduzidas dentro das concepções tradicionalistas, autocráticas, autoritárias, heteros normativas e cheias de pré-conceitos, que só deturpam a verdadeira essência da educação e acabam por ferir gravemente os sujeitos que se envolvem nessa odisséia do processo de ensino e aprendizagem?

Vimos de uma sociedade excludente e elitista, onde os conceitos do que é bom ou ruim são formados pela grande minoria hegemônica que domina o capital intelectual e financeiro do país. Daí a grande preocupação de meus pais, em me oportunizar uma experiência educacional válida, mas nas muitas escolas por onde eu passei, hoje com o pouco de conhecimento das realidades por onde passei, posso dizer, que ainda hoje vivemos numa realidade que suprime os menos letrados e que tiveram acesso a menores oportunidades de escolarização, pois a questão educação, todo têm, cada um têm a sua de seu jeito. O senso comum e os conhecimentos populares devem ser muito mais reconhecidos, pois são as raízes de nossa historia como nação.

A relação educação e trabalho é uma questão amplamente presente na realidade da sociedade brasileira desde a época jesuítica até os dias atuais. A necessidade de se entender as ideologias e conceitos históricos e as intencionalidades que permeiam essa relação é de extrema importância, pois nos possibilitará analisar com lucidez e consciência critica os fatos políticos e sociais que vigoram em nossa sociedade no presente. Desta forma poderemos exercer nos deveres e direitos como cidadãos brasileiros com plenitude.

É com esse intuito que aos poucos e com muito esforço tento fazer a minha parte. Lutando pelos direitos sociais do ser humano, em especial das mulheres em situação de violência doméstica e vítimas de violência urbana. Empoderando,

conscientizando e dando ferramentas para a aquisição de autonomia, liberdade, subjetividade, crítica, emancipação e superação das condições precárias que foram impostas para muitas dessas mulheres de nosso país.

Nosso mestre Paulo Freire, expressou muito bem o papel da educação para que seja possível essa mudança: “O educador já não é o que apenas educa, mas o que enquanto educa, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos”. (FREIRE, 2005, pg. 79).

No terceiro semestre fui convidada por duas grandes amigas para participar de uma peça que havia sido montada para apresentação em virtude das comemorações promovidas pela Universidade de Brasília em razão do aniversário de um ano do Núcleo de Extensão de Santa Maria – DF, nessa ocasião eu fui a narradora da história.

Em seguida, essas mesmas amigas, me convidaram para ingressar com elas num projeto de extensão, que seria coordenado pela professora Sandra Vivacqua, uma professora que eu ainda não conhecia, mas que tive oportunidade de me apaixonar pelo seu arcabouço teórico e por sua grande sabedoria. Engajada com as questões sociais, lutou na juventude pela emancipação dos direitos civis e sempre foi militante das causas sociais, da democracia justa e da educação. Eu, Litiane, Maradélia, Sueli e Rubens fazíamos parte do projeto, que era intitulado "Quem conta encanta", que foi desenvolvido no núcleo de extensão de Santa Maria.

Participavam do projeto entre 15 e 18 crianças por oficina. O objetivo do projeto era despertar o interesse pela narrativa escrita por meio da oralidade. Seleccionávamos textos dos autores Ana Maria Machado, Ruth Rocha e Câmara Cascudo. Concomitantemente usamos esse projeto de extensão para a realização das três fases do projeto, cada uma em um semestre diferente, sob a orientação inicial das professoras Sandra Vivacqua Von Tiesenhausen, Norma Lúcia Nérís e Maria do Carmo Diniz. Foram bons momentos de criação, aquisição de conhecimento, construção, desconstrução e reconstrução de muitos conceitos de vida.

No desenvolvimento do projeto quatro, conheci a professora Sônia Marise, onde tive a oportunidade de trabalhar com educação de jovens e adultos. Um trabalho enriquecedor, que me ajudou a ter outro olhar para esse tema.

Continuando a parceria com a professora Sônia Marise, iniciamos o Projeto V, do qual trata esse trabalho de conclusão de curso. Esses foram os caminhos por onde andei até chegar a esse trabalho, suas concepções e seus desafios.

PARTE II

AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA PARA A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EMPREENDEDORAS (AME) – UMA POSSIBILIDADE DE REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.

INTRODUÇÃO

A falta de profissionais capacitados nas organizações sociais tem sido há muitos anos uma máxima que circunda os processos de gestão das organizações sociais sem fins lucrativos. A maioria das organizações, quando consegue achar um bom profissional, não consegue mantê-lo na organização por muito tempo, pois na maioria das vezes o perde para iniciativas do Segundo Setor ou até mesmo do Primeiro Setor, cujos salários são mais atrativos e os investimentos em capacitação, projeção de cargos e salários são muito melhores. Por isso, ainda é grande a carência de bons profissionais nessa esfera da sociedade e as organizações sociais ainda tem muito que crescer no processo de conquista e valorização dos profissionais sociais.

A não existência de políticas públicas bem definidas e específicas que direcionem essas organizações para uma atuação mais clara e transparente, gera grande insatisfação e abala a credibilidade de seus trabalhos. À medida que o mundo se desenvolve, as relações das organizações do terceiro setor devem acompanhá-las a fim de não ficarem para trás na corrida pela manutenção de suas atividades e por sua própria sobrevivência.

Toda essa complexidade implica no desenvolvimento de uma série de dificuldades para as organizações desse setor. As dificuldades vão desde a aquisição e manutenção de profissionais bem capacitados para gestão dessas organizações até sendo um fator dificultador de captação de recursos. Essas questões afetam fatalmente no desenvolvimento de bons projetos e até na sobrevivência das organizações sociais sem fins lucrativos, prejudicando o acesso aos produtos e serviços elaborados, a fim de responder às demandas sociais não

atendidas, devido a má gestão por parte do sistema governamental.

É nesse contexto que entra nossa proposta de trabalho com a Economia Solidária. A Economia Solidária se configura como uma nova proposta de sociedade, pautada pelos princípios de cooperação, autogestão, sustentabilidade e solidariedade, mantendo completa sinergia com as propostas sociais das organizações que compõem o Terceiro Setor. Sendo assim, trazemos a Economia Solidária, sobretudo, seu princípio de autogestão, como uma excelente forma de sistematização dos trabalhos da organização social participantes de nossa pesquisa.

A maioria das organizações sociais está sustentadas na proposta de um mundo mais justo, democrático, organizado e consciente, visando a construção de um conceitos de vida que girem em torno da solidariedade e sustentabilidade. Com isso, elas estão atuando em sua essência com os princípios da Economia Solidaria, mesmo sem o saber. É o caso da Associação das Mulheres Empreendedoras, a organização participante de nossa pesquisa.

Considerando tais fatos, faz-se necessário trazer à luz de nossa discussão o conceito de Políticas Públicas, suas relações com o Terceiro Setor e com a Economia Solidária, atreladas á nossa proposta de trabalho pedagógico, que se configura numa proposta de reestruturação de uma Organização Não Governamental (ONG) chamada Associação de Mulheres Empreendedoras, que agora em diante chamaremos de AME.

CAPÍTULO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS, O TERCEIRO SETOR E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Para entender nossa proposta de trabalho, vamos nos aprofundar melhor sobre a relação entre as Políticas Públicas, o terceiro Setor e a Economia Solidária e o que elas têm haver entre si. Mas antes, precisamos entender o que vem a ser cada um desses termos, quais seus objetivos e sua aplicação social.

A maioria dos cidadãos, por mais que não saibam o que é uma Política Pública, já deve ter dito ou ouvido alguém falar: É preciso que as políticas públicas do país sejam melhores planejadas ou melhores executadas. As Políticas públicas afetam diretamente a vida de todos os cidadãos de um país, independente de suas escolaridades, sexo, religião, nível de renda ou idade. Mas o que é uma Política Pública? Quem faz Políticas Públicas? Qual é o objetivos das Políticas Públicas?

Podemos dizer que as Políticas públicas são desenvolvidas pelo Estado de forma direta ou indireta, por meio de um conjunto de decisões, planos, programas, ações e atividades, que contam com a participação de instituições públicas ou privadas, com o objetivo de promover os direitos sociais dos cidadãos. Elas podem ser divididas por seguimento social, cultural, étnico ou econômico ou por temas como, educação, segurança, saúde.

As Políticas Públicas são formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo, ou legislativo, que podem agir em colaboração ou não, sempre a partir de demandas geradas e/ou propostas pela sociedade, em seus diversos seguimentos. Como vimos, as ações são sempre de iniciativa pública, que é demandada pela sociedade ou identifica de alguma forma tais necessidades como sendo importantes para o bem estar social, entendida a prioridade e a partir dela, são envidados esforços em tornar tais demandas em ações e decisões políticas como resposta aos problemas da sociedade.

Tais direcionamentos, que produzem as políticas públicas, correspondem a ações que dão corpo aos direitos que são assegurados constitucionalmente à sociedade ou que se estabeleceram com base no reconhecimento social e/ou pelos poderes públicos, que os qualificaram como novos direitos sociais.

Entendemos agora como as políticas públicas são importantes para o desenvolvimento social e como elas têm haver com nossa vida cotidiana, pois são elas que garantem que nossos direitos sejam respeitados por todos. Haja vista, ela ser uma ação coordenada e de responsabilidade aplicativa do governo, temos que entender qual o nosso papel na formulação das políticas públicas.

Um exemplo de como as políticas públicas são importantes, elas interferem diretamente em questões como a educação e a saúde, um direito universal garantido de todo cidadão brasileiro. Logo, para assegurar que esses direitos sejam realmente de todos e que estejam ao alcance comum, foram instituídos na Constituição Federal as políticas públicas essenciais da educação e saúde, onde estão previstos todos os nossos direitos civis básicos a cerca desses temas.

Para ampliar e esclarecer com maiores detalhes como os parâmetros sobre os quais devem ser baseados as decisões governamentais referentes a educação do país, foram instituídas as políticas públicas educacionais, por meio do Plano Nacional de Educação – PNE, que compreende um planejamento de Estado com as decisões, objetivos e ações a serem tomadas com o objetivo de alcançar a plenitude da Educação como um direito de todos e um dever do Estado, previsto na Constituição Federal.

O meio ambiente também pode ser usado como exemplo de política pública, pois se trata de um direito primordial do cidadão brasileiro. Para essa temática, o governo criou a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal n.º 6.938, neste e em outros documentos são tratadas várias áreas. Entre vários assuntos relacionados ao meio ambiente, trata-se da água, concebida no documento como bem comum, portanto, fazendo-se necessário um plano público de proteção, conservação e bom uso desse recurso. Nesse sentido a fim de

regulamentar o uso consciente e sustentável desse tão precioso bem público, foi instituída a Política Nacional de Recursos Hídrico mediante a Lei Federal nº 9.433.

Nesse cenário, a população tem papel essencial sobre forma de fazer valer o que nos garante a lei. Apesar de estar escrito que tais direitos são obrigatórios e direitos de todos, esbarramos em uma série de problemas conjunturais que desviam a sociedade de alcançar tais premissas. São elas a corrupção da máquina pública, a má gestão interessada e desinteressada, a falta de investimento em melhorias estruturais da sociedade, a inércia da própria população frente à ineficácia do governo e outras questões.

Em de 27 de maio de 2009 foi instituída a Lei Complementar n.º 131, a chamada Lei da Transparência, que diz respeito à participação da sociedade, frente às políticas públicas, determinando assim:

“I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;”

“II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;”

Conforme garante a lei citada acima, a administração pública e todas as esferas dos poderes públicos são obrigados a garantir a livre participação e opinião popular por meios de diferentes formas. Nesse sentido, a aplicação dos direitos sociais não estão livremente nas mãos da interpretação e preferência política do gestor público, mas tem o dever de ouvir e fazer valer como obrigação do Estado, o direito da população.

É ante a esses problemas que o Terceiro Setor toma contorno, não apenas de um braço não governamental que deve atender às demandas da população ante sua ineficiência, mas também como uma ferramenta de articulação popular a favor da cobrança dos direitos socialmente constituídos.

Desde meados do século passado, não há dúvidas que o Brasil e o mundo têm presenciado a expansão de um importante agente social, o Terceiro

Setor. Nos últimos 20 anos, foi notável um grande crescimento do número de organizações que fazem parte do Terceiro Setor, que coexiste entre dois outros setores da sociedade – O Primeiro Setor, que consiste nas esferas governamentais nos âmbitos Federais, Estaduais e Municipais, responsáveis pela administração dos bens e serviços públicos, e o Segundo Setor, que consiste nas empresas de capital privado, com fins lucrativos que movimentam o mercado. Mas, o que é exatamente o Terceiro Setor?

Podemos dizer que o Terceiro Setor é um conjunto de organizações e iniciativas sem fins lucrativos, que possuem como objeto a atuação social na produção de bens e serviços de interesse público, que o governo não consegue suprir à população, ou seja, dão resposta às necessidades coletivas que o governo não consegue alcançar.

Hoje não há um consenso sobre quais organizações ao certo fariam parte do Terceiro Setor e qual seria de fato sua definição. Essa indefinição quanto ao termo, pode se aprofundar à medida que não estão bem definidos quais são de fato as organizações que fazem dele, uma vez que, hoje, consideram –se parte do Terceiro Setor uma grande diversidade de organizações, como associações, sindicatos, fundações, entidades beneficentes, fundos comunitários, entidades filantrópicas, Empresas com Responsabilidade Social, cooperativas, ONGs (Organizações Não Governamentais) e diversas outras categorias, como igrejas, hospitais, clubes e partidos políticos.

Todas essas organizações são denominadas sem fins lucrativos, mas nem sempre sem fins lucrativos ou engajados na missão de suprir às necessidades dos cidadãos. Essa indefinição faz com que o leque de atuação do Terceiro Setor se expanda grandemente, de forma que a indefinição do termo se mostra tão confusa quanto à definição do tipo de organizações que dele fazem parte.

O fato é que esse setor da sociedade nasceu com o intuito de ser um braço que chegue onde o governo, por sua ineficiência, não consegue chegar. O Estado, por sua vez, transfere sua obrigação e “responsabilidades” para o Terceiro Setor.

O nome Terceiro Setor indica os entes que estão situados entre os setores empresarial (primeiro setor) e estatal (segundo setor). Os entes que integram o Terceiro Setor são entes privados, não vinculados à organização centralizada ou descentralizada da Administração Pública, que não almejam entre seus objetivos sociais o lucro e que prestam serviços em áreas de relevante interesse social e público. (Manual do Terceiro Setor, pg. 13).

A falta de definição consistente a cerca do que é o Terceiro Setor, quais entidades de fato se enquadram em sua definição, quais são suas diretrizes e a não existência de uma legislação específica, refletem diretamente na qualidade dos serviços prestados à população. Outro ponto de atenção é a baixa qualidade profissional dessas instituições, que ficam à deriva, em meio a essa indecisão.

A participação consciente da sociedade na luta contra os descasos cometidos pelos poderes públicos se mostra cada vez maior e mais eficiente no que diz respeito às formulação de propostas, avaliação e acompanhamento das políticas públicas do Brasil. Os cidadãos estão a cada dia se mostrando mais conscientes e participativos, trabalhando coletivamente em prol da melhoria das condições de vida em sociedade. Temos visto o crescente número de manifestações populares articuladas via movimentos sociais e organizações do Terceiro Setor.

Essas organizações surgem a partir de pessoas interessadas em contribuir com conhecimento, à prática da solidariedade, agindo com cooperação frente às demandas dos diversos grupos sociais. Muitas delas surgiram como base em determinadas leis, a favor de sua aplicação, contra sua aplicação ou reivindicando a manutenção dessas leis outras surgem com vistas a resolver as próprias demandas locais, entre elas vemos grande número das organizações com base na Economia Solidária.

Assim a sociedade se mobiliza participando ativamente nas ações de políticas públicas e processos de controle sociais, por meio de Conselhos Estaduais, Municipais ou Nacionais, audiências públicas, encontros e conferências como forma de envolver os diversos seguimentos da sociedade ou também e principalmente, fazendo ela mesma a diferença. Como disse Gadotti, sobre as organizações do terceiro setor: "todas sem fins lucrativos, se articulam, cada vez mais com a

Economia Solidária, na defesa de políticas públicas emancipadoras" (Gadotti, 2009).

Foi publicado recentemente um estudo detalhado sobre as organizações do Terceiro Setor referente ao período de 2006 à 2010, o FASFIL 2010 (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010). O responsável pela pesquisa foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE. A pesquisa revela importantes informações sobre as organizações da sociedade civil organizada no Brasil. Foram analisados dados baseados no Cadastro Central de Empresas - CEMPRESA, do IBGE, além de contar com a participação da Secretaria Geral da Presidência da República.

A pesquisa das FASFIL (IBGE, 2010) corrobora a tese de crescimento das organizações sociais organizadas no Brasil:

“Resumindo, a análise da evolução das Fasil, de 2006 a 2010, indica que essas instituições continuam crescendo no Brasil, ainda que em um ritmo bem menos acelerado do que em períodos anteriores, especialmente entre o final dos anos 1990 e os primeiros dois anos do milênio, quando se observou uma grande expansão do setor. Não obstante, essa desaceleração já havia sido observada no estudo anterior das Fasil, com ano de referência 2005. Resultado oposto foi observado em relação ao número de trabalhadores, que reverteu uma tendência de queda e deu início à recuperação de postos de trabalho formal nas entidades. Isso ocorreu em paralelo a um aumento das remunerações, sobretudo nos dois últimos anos analisados. Os dados sinalizam, ainda, que o crescimento diferenciado entre os diversos tipos de entidades não se refletiu em uma mudança na sua composição, mantendo-se a representatividade mais expressiva do conjunto de instituições voltado para a defesa de direitos e interesses dos cidadãos”.

A análise realizada é de extrema relevância, pois nos fornece dados gerais, mas também informações bem específicas não colhidas e analisadas anteriormente. Ressalta entre outros dados, estatísticas revelando seu quantitativo, localização, tempo de existência, porte, atividade desenvolvida, número de empregados e remunerações, e como novidade traz também números sobre questões relacionadas a gênero e nível de escolaridade do pessoal assalariado, o que faz todo sentido para nossa pesquisa.

O estudo das FASFIL (IBGE, 2010) revelou ainda que em 2010, existiam oficialmente no Brasil, 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL. A importância das FASFIL é reconhecida pelos expressivos números, representa um grupo responsável por mais da metade (52,2%) do total de 556,8 mil entidades sem fins lucrativos e uma parcela significativa (5,2%) do total de 5,6 milhões de entidades públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, que compunham o Cadastro Central de Empresas - Cempre, do IBGE nesse ano.

Um dos destaques se deu por conta da pesquisa trazer pela primeira vez informações sobre gênero, que foi bastante reveladora. A pesquisa mostra que em 2010, havia, em média, 7,3 pessoas ocupadas assalariadas por entidade, com variações de 224,8 trabalhadores (hospitais) a 1,8 trabalhadores por entidade (religião) e que as mulheres correspondiam por 62,9% das ocupações assalariadas nas FASFIL, o domínio feminino nas FASFIL se deu em todas as regiões do país, com pequena elevação no Sul, com (67,6%) e uma sutil queda no Norte com (55,2%). Como pode ser visto na imagem a seguir:

Tabela 17 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos							
	Total		Sexo					
			Homem			Mulher		
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Percentual em relação ao total (%)	Total	Percentual (%)	Percentual em relação ao total (%)
Brasil	2 128 007	100,0	788 995	100,0	37,1	1 339 012	100,0	62,9
Norte	71 264	3,3	31 894	4,0	44,8	39 370	2,9	55,2
Rondônia	8 160	0,4	3 617	0,5	44,3	4 543	0,3	55,7
Acre	5 074	0,2	1 971	0,2	38,8	3 103	0,2	61,2
Amazonas	19 139	0,9	9 091	1,2	47,5	10 048	0,8	52,5
Roraima	1 372	0,1	540	0,1	39,4	832	0,1	60,6
Pará	28 659	1,3	12 921	1,6	45,1	15 738	1,2	54,9
Amapá	3 266	0,2	1 532	0,2	46,9	1 734	0,1	53,1
Tocantins	5 594	0,3	2 222	0,3	39,7	3 372	0,3	60,3
Nordeste	296 345	13,9	119 531	15,1	40,3	176 814	13,2	59,7
Maranhão	20 584	1,0	8 186	1,0	39,8	12 398	0,9	60,2
Piauí	11 788	0,6	4 752	0,6	40,3	7 036	0,5	59,7
Ceará	61 109	2,9	25 660	3,3	42,0	35 449	2,6	58,0
Rio Grande do Norte	17 191	0,8	6 533	0,8	38,0	10 658	0,8	62,0
Paraíba	13 187	0,6	5 527	0,7	41,9	7 660	0,6	58,1
Pernambuco	52 987	2,5	22 533	2,9	42,5	30 454	2,3	57,5
Alagoas	19 211	0,9	8 364	1,1	43,5	10 847	0,8	56,5
Sergipe	16 305	0,8	5 425	0,7	33,3	10 880	0,8	66,7
Bahia	83 983	3,9	32 551	4,1	38,8	51 432	3,8	61,2
Sudeste	1 237 021	58,1	455 924	57,8	36,9	781 097	58,3	63,1
Minas Gerais	242 243	11,4	88 322	11,2	36,5	153 921	11,5	63,5
Espírito Santo	35 420	1,7	13 447	1,7	38,0	21 973	1,6	62,0
Rio de Janeiro	210 688	9,9	91 936	11,7	43,6	118 752	8,9	56,4
São Paulo	748 670	35,2	262 219	33,2	35,0	486 451	36,3	65,0
Sul	385 960	18,1	125 161	15,9	32,4	260 799	19,5	67,6
Paraná	133 580	6,3	42 650	5,4	31,9	90 930	6,8	68,1
Santa Catarina	79 487	3,7	27 255	3,5	34,3	52 232	3,9	65,7
Rio Grande do Sul	172 893	8,1	55 256	7,0	32,0	117 637	8,8	68,0
Centro-Oeste	137 417	6,5	56 485	7,2	41,1	80 932	6,0	58,9
Mato Grosso do Sul	26 523	1,2	9 109	1,2	34,3	17 414	1,3	65,7
Mato Grosso	19 107	0,9	7 049	0,9	36,9	12 058	0,9	63,1
Goiás	42 317	2,0	17 885	2,3	42,3	24 432	1,8	57,7
Distrito Federal	49 470	2,3	22 442	2,8	45,4	27 028	2,0	54,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010.

Com o fortalecimento do Terceiro Setor no Brasil, a partir da década de 90, após as grandes manifestações sociais ocorridas na época e a crescente democratização dos processos de parceria entre Estado e sociedade civil organizada, viu-se a necessidade da definição conceitual sobre o termo. Contudo, apesar de sua clara relevância, ainda hoje não há consenso entre os estudiosos a cerca dessa definição.

Segundo Gutierres, essa indefinição sobre o conceito de Terceiro Setor pode se dar pelo seguinte motivo:

“No Brasil, entretanto, essa separação entre Estado, mercado e terceiro setor não é tão clara, Coelho, por exemplo, caracteriza o terceiro setor como um campo que possui características dos outros dois setores- um espaço entre o Estado e o mercado (2000:59). Falconer (1999), por sua vez, afirma que ao contrário dos Estados Unidos, onde a marca do terceiro setor é a independência em relação ao Estado e ao mercado, no Brasil esse campo surge sob o signo da parceria, o que, segundo ele, obscurece os limites entre os três setores” (Gutierres, 2006).

Nesse sentido, é necessário que sejam bem definidos os papéis, direitos e deveres de cada setor da sociedade, o que não os impedem de agirem entre si por meio de parcerias em cooperação, contudo, cada qual com sua função e objetivos bem definidos, para não incorrer no erro de onerar algum desses setores em detrimento da folga de deveres e obrigações do outro. Esse movimento descoordenado poderia gerar, e gera, sérias consequências para a sociedade. Por exemplo, o segundo setor tem papel fundamental na geração de emprego e renda do país, sustentando em parte o processo de movimento econômico financeiro do país, quando o primeiro setor, por sua vez, deve planejar em conjunto com o segundo e a favor da sociedade políticas públicas que favoreçam o crescimento econômico social do país.

Entre as várias conceituações sobre o termo, citaremos Fernandes (1994, p.21), que denota o terceiro Setor como sendo “um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos”. Nesse caso, entendemos que ele se refere à organizações que não visam lucro e respondem à demandas sociais.

Já GONÇALVES (1999), afirma que esse setor “se trata de uma esfera de atuação pública, não estatal, formada a partir de iniciativas voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido comum”.

Gadotti complementa com sua perspectiva de Terceiro Setor:

“O chamado **terceiro setor** tem um perfil mais liberal, associado ao mundo da empresa. As empresas capitalistas consideram o estado como um espaço dominado pela burocracia e pela ineficiência. Elas pedem dele mais agilidade e cobram a diminuição de encargos e tributos. O terceiro setor acaba se transformando numa válvula de escape para a empresa ter menos custos e exercer suas funções a partir de outra ordem jurídica” (Gadotti,2009).

Para ROTHGIESSER (2002), o Terceiro Setor consiste nas organizações “... privadas que não visam lucros, iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado. São cidadãos participando de modo espontâneo e voluntário, em ações que visam ao interesse comum.”.

Segundo Oliveira Filho (2006), “O terceiro setor resume-se a cidadãos que, participando de modo organizado e espontâneo, realizam um sem-número de atividades visando o interesse coletivo”.

É notória uma expressão entre eles, o comum, sendo expressivo que, independente de qual seja seu conceito, é claro que o terceiro setor tem um objetivo central, a comunidade social.

Vale retomar um pouco da história, em relação aos fatos que originaram as organizações em fins lucrativos no Brasil. Desde o século XVI até o século XIX temos o registro das Santas Casas de Misericórdia, vinculadas às igrejas cristãs, que atuavam no assistencialismo comunitário para as populações que desde então viviam às margens da sociedade. A parceria das igrejas com o Estado surge no período colonial e se estendem o início do século XIX. A partir do século XX com o período republicano, outras organizações religiosas começam a atuar também em parceria com o Estado e nos campos da caridade social. (RELATÓRIO GESET, 2001; p.6-7).

Com as revoluções, a modernização e a instauração de novas conjunturas, veio também o aumento da complexidade social e com ela o surgimento de novas necessidades sociais. Então na década de 30 aparecem várias entidades da sociedade civil, boa parte delas de alguma forma vinculadas ao Estado.

Já no Estado Novo o processo de nascimento dessas organizações continuou a crescer e sua representatividade a ser notada, o cenário agora comportava, um algo mais, que ia além das organizações religiosas e do Estado, era a chegada das organizações não governamentais, sem fins lucrativos e de finalidade pública. (Relatório GESET, 2001; p.6-7).

Entre os anos 70 e 80, o país toma contornos desfavoráveis para a manutenção da democracia e é nesse contexto que começam a surgir os movimentos sociais, que reivindicavam seus direitos e se opunham às mazelas advindas das práticas autoritárias e antidemocráticas instauradas no governo de regime militar.

Nessa época, a educação passou por um grande golpe, contudo, nasceu desses movimentos sociais um ideário democrático e libertador que influenciaram fortemente o processo de sobrevivência dos movimentos sociais do país em crise.

[...] se desenvolviam em um contexto de sigilo e sob o silêncio da censura e da repressão imposta pelo regime militar. Os processos educativos sofriam grande influência do pensamento pedagógico desenvolvido no período anterior ao golpe, durante os primeiros anos da década de 60, quando às ideias do educador brasileiro Paulo Freire se disseminaram junto às centenas de experiências de educação popular, denominados como movimentos de cultura popular. Estas experiências uniam a política com manifestações culturais como teatro, música, poesia e outros. Era um trabalho educativo, construído junto com as comunidades carentes, a partir das suas tradições e que se espalharam por todo o país. (OLIVEIRA; HADDAD, 2001, p. 77)

Cabe citar que em seguida tivemos a Constituição de 1988, um avanço social conquistado por meio de um amplo processo de mobilização social. Movimento esse que cobrou fortemente do governo o aumento e melhorias dos processos de direitos de cidadania política e princípios da descentralização na promoção de políticas sociais. Os movimentos sociais ainda fortaleceram o coro

Brasileiro a favor da aprovação e legalização de propostas de demandas populares. (TEIXEIRA, 2000; p.31).

Esse movimento alcançou um degrau a mais no campo da liberdade democrática, consolidando um processo que deu a luz às pluralidades partidárias, a formação de sindicatos e ao fortalecimento dos movimentos sociais diversificados, sobretudo às Organizações Não Governamentais (ONGs).

O conceito de ONG também não está bem definido, devido a amplitude da variedade de temas e atuações que lhe são possíveis. Contudo, o Banco Mundial a define conforme segue: “ONGS incluem uma variedade ampla de grupos e instituições que são inteiramente ou largamente independentes do governo, e caracterizadas por serem humanitárias ou cooperativas do que por serem comerciais e objetivas”. (DELGADO, 2004).

Mas nem tudo são flores, nas últimas décadas, o crescimento qualitativo e quantitativo observado entre as organizações do Terceiro Setor, fez com que naturalmente surgissem organizações com diferentes finalidades e diferentes personalidades que se subdividiram em perfis distintos:

"As organizações **conservadoras** interpretam a realidade desde o que está estabelecido, sem questioná-la e em nenhum momento propõem mudar os valores dominantes. As organizações **moderadas** apresentam posicionamentos não lineares na sua conduta ideológica, prevalecendo a interpretação comportamental para a solução dos problemas da sociedade. Deseja resolver a questão que as mobiliza pela educação, se propor mudanças na sociedade. No segundo quadrante dessa tipologia, estão as organizações **questionadoras** que desenvolvem ações proativas, denunciam contradições e propõem a adoção de uma legitimidade alternativa. Por fim, estão as organizações **transformadoras** que desenvolvem uma interpretação própria da realidade que significa uma posição contrária ao paradigma dominante, levando-as a proporem alternativas concretas ao sistema global" (CARVALHO, 1998)

Todo esse processo tem como premissa a equidade e justiça social, que nasce na insatisfação social, que possui suas raízes fincadas na atuação ineficiente do governo e no desinteresse dos agentes econômicos, é nesse terreno que mora o terceiro Setor, que tem como missão atender as demandas sociais da população

menos favorecida em amplos sentidos. Seu crescimento também se reflete nas práticas das políticas neoliberais do capitalismo global, que geram instabilidade econômica, política e social, principalmente nos países do terceiro mundo. (GONÇALVES, 1999)

BAVA (2000) dá como exemplo de ação social, a Campanha de mobilização “Ação Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, feita pelo sociólogo Herbet de Sousa, o Betinho:

“Vamos sonhar, pensar e praticar a democracia, cada um fazendo a sua parte, tomando iniciativa, pondo a sua própria capacidade a serviço de todos e, tomando a iniciativa, pondo a sua própria capacidade a serviço de todos e, com isso, exercendo o direito e o dever de cidadania”.

Nesse período, as campanhas de mobilização social ganham visibilidade e despertam interesse das organizações do segundo setor, as quais, mesmo visando lucro, passam a investir recursos em programas e projetos sociais de fundações e firmar parcerias com as entidades do terceiro setor.

Oliveira citado por FERNANDES (1994, p.12), coloca que: “A participação dos cidadãos é essencial para consolidar a democracia e uma sociedade civil dinâmica é o melhor instrumento de que dispomos para reverter o quadro de pobreza, violência e exclusão social que ameaça os fundamentos de nossa vida em comum”.

O processo de mudança de mentalidades, de ruptura com tradicionalismo, passa inevitavelmente pela aculturação e a aculturação dos indivíduos é gerada a partir da educação e do diálogo consciente. Nesse sentido, Paulo Freire, fala sobre a Educação Libertadora:

“A consciência crítica é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstâncias. A consciência ingênua, se crê superior aos fatos, dominando-os de fora e, por isso, se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agrada. A consciência mágica, por outro lado, não chega a acreditar-se superior aos fatos, dominando-os de fora, nem se julga livre para entendê-los como melhor agrada. Simplesmente os capta, emprestando-lhes um poder superior, que a domina de fora e a que tem, por isso mesmo, de submeter-se com docilidade. É próprio desta consciência o fatalismo que leva ao cruzamento de braços à impossibilidade de fazer algo diante do poder dos fatos, sob os quais fica vencido o homem”. (Freire, 2007, p.113).

Pensando nisso, qual seria o papel do terceiro setor? Seria dar suporte para o alcance dos objetivos sociais, buscando alcançar aqueles cidadãos que estão à margem dos processos padrões do primeiro e do segundo setor. Esse setor geralmente é formado por pessoas que buscam alternativas de geração de emprego e renda, promovendo com apoio dos dois primeiros, formas de educação, saúde, segurança e outros direitos sociais àqueles que estão à margem desse processo, por meio do uso de mecanismos diversos, que chegam até onde e até quem esses dois primeiros setores não chegam.

O terceiro setor tem suas bases firmadas na democracia, que por sua vez trata em empoderamento social. Democracia sem solidariedade não existe, considerando que a solidariedade constrói suas bases no desenvolvimento da caridade, que nada tem haver com piedade. Nesse caso, cabemos entender melhor o que é solidariedade democrática. A solidariedade faz uso de uma ferramenta essencial, a Dádiva, que consiste no movimento natural e desinteressado da troca – o dar, receber e retribuir, em suas diversas formas e nuances, entre os diversos atores sociais. Gadotti trata o tema com a seguinte afirmação:

“A solidariedade nada tem a ver com a piedade”. Não se trata de dar uma esmola para alguém para aliviar nossa consciência. A esmola e a piedade não empoderam ninguém. Ao contrário, elas humilham. A solidariedade implica não apenas sentir o outro, mas compartilhar nossas vidas, nossos sonhos, com o outro. Por isso, a solidariedade precisa ser emancipatória. Emancipar, etimologicamente, significa “tirar as mãos de”. Não basta “sofrer com”, é preciso “estar com”, compartilhar. É exatamente o que Paulo Freire (1981) afirmou na dedicatória de seu livro mais conhecido, *Pedagogia do oprimido*: “aos esfarrapados do mundo e àqueles que com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (Gadotti, 2009)

Esse movimento emancipatório, democrático, desinteressado e coordenado de dar, receber e retribuir, pode acontecer de várias formas, envolve vários objetos (recursos financeiros, produtos, serviços, conhecimentos intelectuais) e os atores dos três setores, todos eles coordenados em prol do desenvolvimento social democrático, num processo contínuo e libertador.

Contudo, mesmo com a crescente atuação dos movimentos sociais, das organizações do terceiro setor, o país continua a se validar processos que acentuam a cada dia mais as desigualdades sociais, como nos mostra Kruppa citando Singer:

[...] entre 1960 e 1970, cresceu acentuadamente o número e a proporção de diplomados no Brasil, enquanto a proporção de poucos instruídos diminuía. Não há nenhuma indicação de que a procura por curso superior tenha aumentado ainda mais do que sua oferta. O que, sem dúvida, aumentou no Brasil (assim como em outros países capitalistas) foi o "credencialismo", ou seja, a exigência de certificados escolares para a ocupação de posições elevadas (ou não) na hierarquia empresarial ou do serviço público. Há vinte ou trinta anos, quando o número de diplomados era muito menor, os mesmos cargos para os quais se exige hoje curso universitário eram preenchidos por pessoas que sequer tinham o colegial. [...] Langoni, estudando a repartição de renda no Brasil de acordo com estas características, verificou que são pobres não só os que têm pouca ou nenhuma escolaridade, mas também os que nasceram com o sexo "errado" (as mulheres ganham bem menos que os homens) e os que nasceram no lugar "errado" (na zona rural e não urbana, no Nordeste e não no Centro-Sul). Tomados em conjunto, escolaridade, sexo e lugar de nascimento "explicam" grande parte dos diferenciais de renda no Brasil. Obviamente, os pobres são vítimas do azar ou do seu desleixo em acumular capital humano. Em última análise, se a pobreza é uma situação pela qual muitos optam livremente, porque a riqueza não vale para eles o esforço ou os sacrifícios necessários para obtê-la, então a pobreza não deve ser tão terrível assim (Singer, 2001, p. 86-87 *apud* Kruppa, 2005)

Diante dessa conjuntura, surgem novas proposta de organização social, que tentam resolver ou ao menos minimizar esse processo de marginalização instaurado no Brasil e no mundo, por meio de novas lógicas de sociedade e pelo uso de mecanismos de democratização da vida em comunidade.

Dentro dessa ótica, temos como ferramenta crucial a educação, por meio da educação é que poderemos promover as mudanças sociais que julgamos necessárias para a construção de um mundo mais justo e sustentável. Daniel Mothé, 2004 nos ilustra bem sobre essa premissa:

[...] assistimos a uma retomada inesperada das práticas autogestionárias, que permite seus diferentes atores saírem de sua especialidade para se projetarem num mundo futuro diferente do que eles vivem. Podemos deduzir que a democracia direta convida seus atores a inventarem sua pedagogia, a ousarem criar seus próprios símbolos em que a força da compreensão é mais rápida que a da razão. A democracia participativa aparece como um procedimento pedagógico, que permite a relação entre a conceitualização do existente, a ação para transformá-lo e a teoria para extrair as formas de reprodução. As ações da Economia Solidária, no Brasil, superam a problemática local e permitem pôr luz ao fato de que a educação popular é inseparável da democracia direta autogestionária e que é indispensável lhe atribuir o status institucional que desempenha no desenvolvimento cultural dos cidadãos.

É nesse cenário que atua a Economia Solidária, compreendida como um proposta de vida em sociedade por meio de um conjunto de atividades econômicas - de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito - organizados e realizados solidariamente por trabalhadores/as sob a forma coletiva e autogestionária.

Segundo a cartilha de Economia Solidária, ela é regida pelos seguintes princípios e valores:

Seus princípios são: Solidariedade democrática, autogestão, cooperação e sustentabilidade, princípios esses que giram em torno de premissas como: 1.a valorização social do trabalho humano, 2.a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, 3.o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, 4.a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e. 5. os valores da cooperação e da solidariedade.

Seus valores são: 1. O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas. 2. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. 3. A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui

crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios. 4. A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial. 5. Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema. 6. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana. (Fonte: Documentos oficiais da Economia Solidária¹)

Kruppa ressalta a importância da inserção da Economia Solidária na educação, segundo ele a mesma "tem que entrar na educação, assim como fez a economia capitalista" (Kruppa, 2005), com a intenção de formar mentalidades que entendam a necessidade de uma nova forma de vida regida pelos valores de que tanto a sociedade atual necessita para sobreviver.

A Economia Solidária se pauta por quatro princípios: solidariedade democrática, autogestão, cooperação e sustentabilidade, esses podem e devem ser norte em todos os sentidos de uma nova proposta de vida em sociedade, não apenas nos processos comerciais, afim de que por meio dela possamos nos pautar em sermos protetores da igualdade de condições, respeito às diferenças e às relações democráticas.

De mãos dadas com a Economia Solidária, vai a pedagogia da alternância, cuja proposta visa a construção coletiva, o respeito e valorização da autonomia do outro, sempre dando importância para o que seus conhecimentos prévios podem contribuir a fim de que esse processo de ensino-aprendizagem seja construído de forma coletiva, democrática e significativo. Gadotti, nos fala a cerca desse tema, com um exemplo de sua aplicação:

¹ Cartilha sobre Economia Solidária, disponível no site: www.ejaecosol.org.br

‘A importância da alternância foi reconhecida pelos participantes dos nossos cursos de qualificação social e profissional em Economia Solidária: segundo uma das organizações parceiras, ela permite a realização da sistematização das ideias e processos de compreensão. Não basta fazer, pensar, idealizar o que chega para ser estudado. É preciso que o sujeito consiga construir a sua ordem compreensiva e articule essa ordem nas atividades que vai realizar. Ao realizar esse processo de sistematização ela individualmente vai gerando sua sistematização, vai construindo seu saber. E como vivenciamos em rede, essa assimilação é dinamizada, pois os sujeitos entram em comunhão, como dizia o mestre Paulo Freire. Em rede, o novo conteúdo vai sendo instalado em todos os participantes, bem como a metodologia da alternância vai sendo afirmada como maneira pedagógica válida aos processos educativos, e sua repetição e aprimoramento certamente levará à instalação de uma cultura pedagógica da alternância (Brasil/MTE/IPF, 2008, p. 70 *apud* Gadotti, 2009).

Ainda segundo a cartilha de Economia Solidária, ela pode ser definida em três dimensões:

1 – Economicamente, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos;

2 – Culturalmente, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação de da inteligência coletiva, livre e partilhada; e

3 – Politicamente, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Sua proposta é simples e ao mesmo tempo complexa, pois na medida em que propõe uma forma de vida que ao ser humano deveria ser natural (falo do social e coletivo), torna-se complexa quando olhamos que estamos engendrados numa sociedade arraigada nos princípios capitalista de domínio, egoísmo, corrupção e desconfiança.

A Economia Solidária para ser compreendida em sua essência, deve ser vivida, não apenas estudada, pois seus princípios são pautados por ações que envolvem nosso dia a dia, nosso modo de ser e de pensar, por isso a proposta de que ele seja incluído nas escolas e aprendido pelas crianças. Tal proposta poderia assim, ser apreendida desde cedo e se naturalizaria como desde sempre deveria ter sido.

A intenção é ir contra a lógica massiva, dominante e excludente do capitalismo, instaurando uma visão de cooperação de mercado, com base na autogestão e gestão coletiva. Segundo Singer, isso é possível:

Os que se formam no capitalismo, sobretudo em sua forma exasperadamente liberal (da qual os EUA me parecem o exemplo mais acabado), são postos em situações de competição desde a infância, na família e na escola. Aprenderão desde cedo de que os indivíduos são desiguais: alguns são fortes, inteligentes, esforçados, enquanto outros são fracos, burros e preguiçosos. Na luta pela vida, os primeiros serão os vencedores e os últimos os perdedores. Aprenderão também que só pela competição os vencedores obtêm a recompensa material que lhes permite aplicar seus dotes a favor do bem comum. A humanidade progrediria porque a competição premiaria o mérito dando-lhe o poder de liderar e mandar e condenaria o demérito à subordinação. Da competição nasceria a meritocracia e desta o progresso (Singer, 2005).

A partir da proposta da Economia Solidária, considerando esse novo olhar sobre as relações de econômicas e de comércio cooperativo, justo e sustentável Gadotti (2009), Singer (2005) e Kruppa (2005), apontam a dádiva como uma das ferramentas de trabalho que podem promover tal mudança:

A **economia da dádiva** (gift economy) é aquela baseada numa ação que não visa a qualquer forma de recompensa. Ela é inteiramente gratuita e implica, segundo Noëlle Lechat e Valmor Schiochet (in Cattani (org.), 2003, p. 85), “a existência de uma economia não mercantil, onde não há fixação de preços nem pagamento em dinheiro. Tampouco se trata de trocas imediatas de objetos ou serviços considerados partes como equivalentes. A dádiva é, ao mesmo tempo, obrigatória e espontânea, gratuita e interessada, incondicional e condicional”. No fundo, a única obrigação de quem recebe uma dádiva é retribuir na mesma medida (Gadotti, 2009).

Entendendo que a dádiva, utilizada como forma de manter a sustentabilidade dos processos da Economia Solidária, por meio do ato de dar, receber e retribuir, nos servem como indicadores de autogestão do processo de emancipação democrática.

À medida que a sociedade consegue praticar a dádiva de maneira satisfatória o processo de autogestão social, comercial ou qualquer outro processo que a use como forma de práxis, se mostra mais maduro, autônomo e produz qualidade de vida, que possibilita abandonar os processos engessados e castradores da economia capitalista vigente. Nesse sentido Singer afirma que:

“A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a. Mas seus valores fundamentais precedem sua prática”. Paul Singer (2005, p. 19).

Foi alinhado com essa proposta que decidimos por trabalhar com a metodologia de pesquisa-ação, a qual nos permite atuar e pesquisa, na medida em que o trabalho pode ser compreendido como fruto de colaboração e gestão coletiva. Singer nos ilumina muito quando diz:

“A Economia Solidária não se resume a um produto, a um objeto. Ela se constitui num sistema que vai muito além dos próprios empreendimentos solidários. Ela é, sobretudo, a adoção de um conceito. A Economia Solidária respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. A Economia Solidária implica comércio justo, cooperação, segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável (produzido sem o sofrimento de pessoas ou de animais). Além disso, a margem de lucro é discutida coletivamente entre o produtor e o vendedor. O que cada um ganha é discutido coletivamente. A Economia Solidária envolve pessoas

comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável. Por isso a Economia Solidária está estreitamente ligada à educação transformadora e à democracia econômica”. (Singer, 2005)

Inseridos nesse apanhado sobre o processo de firmamento da Economia Solidária e seus alicerces de sustentação, vemos que a proposta desse modelo de vida em sociedade nos remete ao modo de vida sustentável, autogestionária e solidário, prevendo deveres e responsabilidades comuns aos atores envolvidos. Por meio do comprometimento coletivo a vida seria reajustada e todos gozariam de suas benesses irmanamente, participando dos processos de decisão sejam quais forem seus cargos e obrigações sociais e nos laborais.

Voltemo-nos para lembrar quais são os princípios básicos da Economia Solidária, descritos pelo site do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE: “Nesse sentido, compreende-se por Economia Solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão”. Considerando essa concepção, a Economia Solidária possui as seguintes características, ainda segundo o site do MTE:

- a. Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.
- b. Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

- c. Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
- d. Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.²

Com isso, importa agora que nos atenhamos ao princípio da autogestão, entre os quatro princípios da Economia Solidária e sua aplicação como um processo educativo, pois segundo Singer “a Economia Solidária é um ato pedagógico” (Singer, 2005).

Agora, de que forma levar esse entendimento e sustentar sua aplicabilidade na sociedade atual? Segundo Singer (2005), esse se configura como o grande desafio pedagógico da Economia Solidária, pois a população mundial tem sido educada de acordo com os moldes ideológicos do modo de vida capitalista, desigual na amplidão de seu sentido, competitivo, que visa a concorrência, muitas vezes desleal, preconceituosa. Nesse sentido, estranhamente, um processo de educação solidária, com base no respeito ao próximo, na justiça, na sustentabilidade, no amor e cooperação não é natural aos olhos do homem. Nesse sentido, segundo o autor, faz-se necessário um movimento de reeducação uma vez que as pessoas estão engendradas nesse ciclo ideológico desde seu nascimento.

² Informações disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Emprego: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>

Tomemos como ponto de atenção a autogestão como proposta de reestruturação dos modos de trabalho, como afirma Gadotti:

Com a autogestão, todos participam das decisões independentemente da função que executam. Por isso, todos os membros de um empreendimento solidário precisam ser formados para a gestão coletiva do próprio empreendimento. Todos precisam de uma nova formação já que a forma como a sociedade capitalista se organiza não oportuniza uma cultura de decisão coletiva (Gadotti, 2009).

Considerando a práxis pedagógica no processo de ensino e aprendizagem, a autogestão se mostra como um excelente campo de trabalho.

O que define a autogestão são as relações sociais democráticas, coletivistas e igualitárias, que fazem da produção associada mais do que uma organização econômica, na medida em que se configura em um espaço privilegiado para a experimentação social e a realização de ações pedagógicas no campo político e cultural (Xavier, 2008, p. 19 *apud* Gadotti, 2009).

Pensando nos modos de trabalho, Verardo (2005) afirma ainda que:

“Autogestão é, antes de tudo, um movimento e uma forma organizacional de empreendimentos coletivos, em que se combinam a cooperação do conjunto dos trabalhadores diretamente envolvidos com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio em todas as suas dimensões. A autogestão caracteriza-se como processo em construção no qual o trabalho e a relação entre as pessoas devem resgatar seu dimensionamento humano, envolvendo sujeitos que produzem e decidem. Em outras palavras, autogestão é uma administração democrática onde os trabalhadores devem ter acesso à informação de tudo o que acontece na empresa para poder definir metas de produção, política de investimentos e modernização, política de pessoal etc.” (Verardo, 2005).

Logo a autogestão se mostra para nós nesse trabalho como forma ideal para a proposta de realização de reestruturação da organização objeto de nossa pesquisa, utilizando-se dela como base para implantação de sistema organizacional. Nesse sentido a autogestão é trabalhada a fim de que todos os atores envolvidos nos processos de trabalho tenham ajam de forma colaborativa, com autonomia e sejam co-responsáveis pela gestão organizacional, visando compreender e saber administrar o empreendimento.

Esse cenário expressa as diversas possibilidades de nossa atual conjuntura, revelando nela grandes obstáculos a serem superados. Contudo, a Economia Solidária propõe a superação da lógica capitalista a favor de um modo de vida mais humanizado e coerente com a essência social, o coletivo:

“Não há uma única Economia Solidária. Partindo dos mesmos princípios, a Economia Solidária manifesta-se de muitas formas. Muitas dessas práticas traduzem concepções diferentes de Economia Solidária: “podemos dizer que o conceito de Economia Solidária carrega hoje, no Brasil, um caráter polissêmico. Poderíamos, então, falar não de uma concepção, mas de concepções” (FBES/Chantier, 2008, p. 12). Em todas elas, porém, alguns princípios são comuns, tais como, as relações solidárias de colaboração, a propriedade coletiva dos meios de produção, a igualdade de direitos e responsabilidades, a Economia Solidária como práxis pedagógica e a luta contra a subordinação do trabalho pelo capital. Certamente um “outro mundo possível” não é um mundo único. Não podemos cair na armadilha do pensamento único. Nosso “outro mundo possível” é formado de muitos mundos” (Gadotti, 2009).

CAPÍTULO 2: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA EM PESQUISA NA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS – AME.

2.1. METODOLOGIA

Esse trabalho foi empreendido sob a luz do método da pesquisa-ação, por meio de um estudo qualitativo. A pesquisadora, nesse caso, também se torna objeto de pesquisa, pois trabalha na organização pesquisada como gerente de projetos e um de seus objetivos era implantar essa reestruturação.

O objetivo desse trabalho foi iniciar um processo pedagógico de reestruturação organizacional por meio da mudança de conceitos e práticas de gestão e operação, baseadas no princípio da autogestão alicerçado na Economia Solidária.

Por meio da práxis pedagógica, foram traçados diagnósticos a cerca de vários processos desenvolvidos pela organização e a partir dele foram traçados planos de ação construídos colaborativamente entre todos os atores envolvidos, visando uma mudança consciente, planejada, racional e efetiva, aceita por todo o grupo participante.

A partir dos conhecimentos pedagógicos o pesquisador estabelece a proposta de reestruturação dos processos de trabalhos, fazendo uso da participação coletiva, colaborativa e dialética entre os fatos objetivos e subjetivos, gerando assim, a prospecção das ações vivenciadas pelos participantes, a fim de estabelecer um processo de mudança de um estado para outro. (André Morin in Barbier, 2007, p. 80 - 83).

Nesse mesma ótica, Kuhn³ fala da revolução científica, necessária para que alguns processos sejam desconstruídos, dando lugar à construção de novos paradigmas: “uma revolução científica define-se pelo aparecimento de novos esquemas ou paradigmas conceituais”.

Thiollent (1997, p. 20) define pesquisa-ação da seguinte forma: “a pesquisa-ação não tem uma vocação limitada à gerência. Não se trata de uma técnica a ser quotidianamente aplicada para resolver pequenos problemas gerenciais ou administrativos”. A pesquisa ação é uma ação política de intervenção.

Podemos acrescentar que a pesquisa-ação depende da formulação do problema, que deve ser empreendida, nesse caso, conjuntamente ao processo de investigação, a partir da interação, diálogo e em acordo com os atores envolvidos no processo de entendimento do problema.

Gajardo, (1986 p.32) complementa sobre a relação entre pesquisado e pesquisador e da importância da interação entre eles:

“basicamente são os participantes que, através da discussão das unidades, objetivam um problema do meio, problematizam sua situação, colocam-se como sujeitos ativos e protagonistas, buscando, a partir de sua experiência e realidade, um caminho de ação eficaz para enfrentá-los.

No entanto, é importante lembrar que apesar do papel ambíguo do pesquisador, que também se encontra imerso no processo, se tornando também pesquisado. É preciso, contudo, manter em mente seus objetivos e rigor quanto à metodologia, a fim de que sejam alcançados com maior precisão os objetivos traçados durante o processo de pesquisa.

Freire (2005), enfatiza que o pesquisador faz uso de seu ambiente de trabalho por meio do diálogo, como ferramenta de transformação e libertação (Freire, 2005). O que é reafirmado por Barbier (2007, página 82)

³ Apud Bertalanffy (1975, p.37).

“O discurso é filosoficamente o entendimento em oposição À intuição. Ele atura pelo raciocínio ou nele repousa. Permite aos seres humanos tornarem-se autores de sua história. Dizer é fazer: um discurso transforma o mundo, os promotores da investigação conscientizadora, no terceiro Mundo, compreenderam bem isso (Humbert, Merlo, 1978). O discurso (o “Diskurs” de Habermas, de Moser e de Finger) pretende libertar a comunicação social alienada pelo trabalho e pela técnica, utilizando um diálogo significativo. Implica, segundo Habermas, interromper então a interação. Corre-se o risco de fazer pesquisa-ação discursando no seu escritório”.

Assim esse trabalho de final de curso, configurado por um relato de experiência foi produzido coletivamente e perpassa pela apresentação do local da pesquisa, o surgimento do interesse pelo tema, as observações realizadas, os resultados e a análise gerada a partir das ações empreendidas durante a intervenção.

Os sujeitos da pesquisa-ação desse trabalho foram as mulheres que trabalham na organização pesquisada.

A coleta de dados foi realizada a partir da experiência laboral da pesquisadora dentro da organização, assim como na conversa informal mantida com as outras funcionárias e as mulheres atendidas pela OSCIP. As anotações foram realizadas no diário de bordo criado durante a pesquisa-ação.

2.2. O LUGAR DA PESQUISA-AÇÃO:

A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME, também designada pela sigla AME, constituída em 19/04/2004 é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede em Brasília, Distrito Federal e foro em Brasília – DF- Brasil.

Os três pilares de atuação da AME são: a mulher, o empreendedorismo e a ação. A AME tem por finalidade promover: oportunidades às mulheres visando a busca de igualdade social e cultural entre homens e mulheres, difundir os negócios coordenados por mulheres, desenvolver projetos sócio-culturais e ambientais, efetiva atuação no cenário feminino frente ao mercado de trabalho, informar a sociedade sobre as condições e os direitos das mulheres, bem como implementar uma rede de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica.

Fundada há nove anos, em 2004, por um grupo de empresárias de sucesso lideradas pela empresária Cristina Boner, a AME nasceu em prol da valorização da mulher e o fomento pela igualdade social e cultural entre os gêneros. Desde sua criação, e existência, a instituição capacitou mais de três mil mulheres.

A organização está firmada sobre sua missão, visão e valores, que são: **MISSÃO:** Acolher e empoderar mulheres em situação de violência doméstica e vítimas de violência por meio do acesso aos serviços psicossociais, jurídicos, capacitação profissional e incentivo à prática do empreendedorismo. **VISÃO:** Ser referência na promoção da valorização, pessoal e profissional, da mulher e contribuindo para o alcance de sua independência econômica, por meio do empreendedorismo, bem como o pleno acesso aos seus direitos. **VALORES:** 1- RESPEITO: a dignidade da pessoa humana e a diversidade. 2 - AMOR: reconhecer a necessidade da prática do amor próprio para fortalecer o amor ao próximo. 3 - SOLIDARIEDADE: para construir um mundo sem violência. 4 - MOBILIZAÇÃO: articular parcerias e alianças para a atuação em rede. 5 - SUSTENTABILIDADE: contribuir para que a geração do presente e do futuro vivam em um mundo com equidade de gênero, justiça social e ambiental. 6 - EXCELÊNCIA: Na atuação, nas relações estabelecidas, na comunicação e transformação da sociedade. 7 -

TRANSPARÊNCIA: nas ações por meio da divulgação de balanços de sustentabilidade e contábeis.⁴

Fica claro que a AME trabalha com princípios de base da Economia Solidária, cooperação por meio do estabelecimento de parceria, solidariedade por meio de ações que visam a construção de um mundo sem violência e sustentabilidade, mas não cita acima a questão dos processos de autogestão, mais um fator que nos remete ao tema de nosso trabalho, na intenção de verificar no dia a dia se a autogestão se configura como prática, ao menos parceria, dos processos de trabalho.

A organização se dedica às suas atividades por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

A AME desenvolve um programa social estratégico para fortalecer a prática do empreendedorismo por meio de cursos de capacitação para mulheres de baixa renda, com prioridade para mulheres em situação de violência doméstica e vítimas de violência urbana.

Com seus projetos, a AME já capacitou mais de três mil mulheres e região do entorno. Dessa forma, contribuiu para o empoderamento das mulheres, assim como incentivou sua independência financeira, melhorando a qualidade de vida dessas famílias.

Uma de suas ações é o Projeto AME o QUE Eu Faço, que visa promover o empoderamento das mulheres por meio da inclusão socioeconômica e da prática do empreendedorismo, a fim de contribuir para o resgate da autoestima, geração de emprego e renda e autonomia financeira.

⁴ Informações disponíveis no Portal da AME, em www.amedf.org.br

Outra ação importante é o Projeto AMADAS, que desenvolve atividades com mulheres em situação de violência doméstica e as vítimas da violência urbana. O principal objetivo é transformar a dor dessas mulheres em competência social e profissional.

Segundo as informações dadas pela organização, em nove anos de existência, a AME já formou mulheres em diversas áreas, tais como:

- 960 alunas no Curso de Serviços Domésticos;
- 800 alunas no Curso de Informática;
- 650 alunas no Curso de Bordado;
- 430 alunas no Curso de Cuidador de Idosos;
- 350 alunas no Curso de Telemarketing;
- 220 alunas no Curso de Atendimento ao Cliente;
- 120 alunas no Curso de Hardware;
- 90 alunas no Curso de Culinária.

São os compromissos com a sustentabilidade institucional da AME: São compromissos da AME: **Compromisso com a Sustentabilidade Institucional:** A AME é signatária do Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas) que estabelece 10 Princípios vinculados aos Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Meio Ambiente e Combate à Corrupção. Além disso, trabalha para estimular as demais empresas e organizações parceiras a aderirem à causa. Realiza parcerias estratégicas que possibilitam o desenvolvimento de ações de acolhimento e capacitação das mulheres. A Instituição promove ainda atividades voltadas a captar recursos e fortalecer a prática da solidariedade entre diretor@s, voluntári@s e parceir@s da AME. **Compromisso com os Direitos das Mulheres:** Desde 2010 a AME possui assento no Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal. A AME realiza advocacy para criar, implementar e aprimorar legislação e políticas públicas em prol das mulheres, além de realizar controle social. **Compromisso com o futuro do Brasil e do mundo:** A AME estimula que as empresas assumam o compromisso público de colocar em prática os Princípios de Empoderamento das Mulheres – criados pela ONU Mulheres e o Pacto Global – voltado para desenvolver políticas que promovam a equidade de gênero e ascensão das mulheres no local de trabalho,

no mercado e na sociedade. A adesão das empresas ao Pacto Global da ONU também faz parte da nossa estratégia de fortalecimento da prática da sustentabilidade. A Rede AME Sustentabilidade desenvolve ações para fortalecer a prática de ações de responsabilidade socioambiental e o fortalecimento da equidade de gênero em todo setor produtivo do Brasil. **Seu Compromisso com os Direitos das Mulheres:** A AME conta com a sua parceria para criar e fortalecer a implementação da legislação e políticas públicas em prol das mulheres. (Portal AME⁵)

O estatuto atual (ver ANEXO I) é de 2010 e consta como uma das atividades de reestruturação organizacional que estão em andamento. A ONG conseguiu a cerca de 1 ano, a obtenção do Título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, certificada pela Secretaria Nacional de Justiça, vinculada ao Ministério da Justiça.

O corpo diretivo da AME é composto por, uma Presidente, uma Vice Presidente, uma Diretora de Gestão, uma Diretora de Relações Institucionais, uma Diretora Social, uma Diretora de Empreendedorismo e uma Diretora Jurídica. Ainda há um Conselho Fiscal composto por três integrantes e três suplentes.

O foco de trabalho da AME em 2013 é a promoção de capacitação para as mulheres atendidas pela organização, para isso se firma em promover oportunidades às mulheres visando a busca de igualdade social e cultural entre homens e mulheres, difundir os negócios coordenados por mulheres, desenvolver projetos socioculturais e ambientais, efetiva atuação no cenário feminino frente ao mercado de trabalho, informar a sociedade sobre as condições e os direitos das mulheres, bem como implementar uma rede de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica.

⁵ Informações disponíveis no Portal da AME, em www.amedf.org.br

Por meio do Projeto AME O QUE EU FAÇO a organização põe em prática sua função como organização do terceiro setor, atendendo a mulheres da população que historicamente vivem à margem das ações dos primeiros e segundo setores. Nesse intuito o projeto tem como objetivo promover o empoderamento da mulher por meio do fortalecimento dos vínculos solidários, prática do empreendedorismo e a promoção da independência financeira.

As mulheres historicamente desempenhavam papéis tradicionalmente instituídos pela cultura social de base patriarcal, restando a elas o papel de submissão, obediência e trabalho domésticos, sendo ela a “dona da casa”, responsável pelo zelo e bem estar dos filhos e da casa, continuamente forçadas a adotar comportamento submisso aos pais e/ou ao marido, não tendo direito de expressar suas vontades ou realizar os seus sonhos. E, muitas vezes, além de exclusão social, também eram e, infelizmente, ainda são, vítimas de violência doméstica.

Os movimentos sociais feministas contribuíram para mudar esta realidade, e hoje se verifica mudança no comportamento das mulheres, não para se assimilar aos homens, mas sim para competir em igualdade com os mesmos (CATARDO, 2005). Segundo Mussak (2004), a Revolução dos sexos está para a mulher hoje assim como a Revolução Industrial se deu para os homens no século XX. Qual foi o fator impulsionador daquela Revolução? Simples: Segundo dados do Endeavor Empreendedorismo (2004), durante os anos 90, enquanto a renda média dos homens aumentou 19%, a das mulheres aumentou 43%; afora isso, são vários os dados que endossam essa tendência de igualdade: 54% dos médicos e 50% dos advogados são mulheres; 29% dos juízes também pertencem ao sexo feminino; entre outros. E, pode-se esperar, ainda, uma melhora nesses índices, visto que também a educação da parcela feminina vem, visivelmente, apresentando melhores indicadores, seja na expansão nos níveis educacionais ou na maior oferta de cursos superiores, preparando-as e qualificando-as mais adequadamente para o mercado de trabalho (MUSSAK, 2004).⁶

⁶ Texto retirado de um projeto da AME compartilhado com a pesquisadora. Em pesquisa sobre as informações achamos a mesma citação em outro documento: Tavares Fernandes, J., de Campos, F. y Oliveira da Silva, M.: "Mulheres empreendedoras: o desafio de empreender", en Contribuciones a las Ciencias Sociales, Junio 2013. Disponível em: www.eumed.net/rev/cccss/24/familia-trabalho.html

A AME foi criada para estimular a participação da mulher no desenvolvimento de atividades ligadas ao empreendedorismo. Segundo a GEM (2010 p. 33) “a atividade empreendedora é traduzida pelo número de pessoas dentro da população adulta de um determinado país envolvida na criação de novos negócios”. Dados da pesquisa Empreendedorismo no Brasil (2010), realizada pela GEM e o IBQP, informa que:

“no Brasil, desde o ano de 2003 os empreendedores por oportunidade são maioria, sendo que a relação oportunidade X necessidade tem sido superior a 1,4 desde o ano de 2007. Em 2010 o Brasil novamente supera a razão de dois empreendedores por oportunidade para cada empreendedor por necessidade, o que já havia ocorrido em 2008. Em 2010, para cada empreendedor por necessidade havia outros 2,1 que empreenderam por oportunidade. Este valor é semelhante à média dos países que participaram do estudo este ano, que foi de 2,2 empreendedores por oportunidade para cada um por necessidade”. (GEM, 2010, p.40)

As mulheres brasileiras são consideradas como uma das que mais empreendem no mundo e existe um certo equilíbrio de gênero na atividade empreendedora. Resultados da pesquisa citada acima, em 2010, entre os empreendedores iniciais, 50,7% são homens e 49,3% mulheres, mantendo o equilíbrio entre gêneros no empreendedorismo nacional. Entre os 21,1 milhões de empreendedores brasileiros, 10,7 milhões pertencem ao sexo masculino e 10,4 milhões ao feminino. As mulheres, em 33% dos casos, preferem atividades ligadas ao comércio varejista, com 20% com alojamento e alimentação, 16% residência com empregados (abrange serviços domésticos) e 12% na indústria de transformação.

Na pesquisa GEM Brasil (2010) os especialistas recomendaram as seguintes atividades para melhorar o ambiente para empreender, deve investir:

Recomendações mais citadas pelos especialistas – Brasil – 2002 a 2010.

RECOMENDAÇÕES	% de citações						
	2002	2003	2004	2006	2008	2009	2010
Educação e Capacitação	78%	88%	71%	57%	69%	69%	81%
Políticas	76%	62%	57%	100%	63%	75%	47%

Governamentais							
Apoio Financeiro	31%	31%	46%	40%	34%	31%	39%
Programas Governamentais	51%	38%	26%	43%	40%	44%	33%

Fonte: Pesquisa GEM Brasil 2010

A pesquisa informa que no item motivação – oportunidade ou necessidade ocorre variações de acordo com o setor de atividade econômica, bem como com o gênero, idade, escolaridade e renda familiar.

Segundo DIEESE, a renda média dos brasileiros vem aumentando, tanto das famílias como das empregadas domésticas. Dessa forma, as exigências para a contratação dos serviços domésticos também vem aumentando. Requer-se da empregada doméstica maior escolaridade e qualificação. Por outro lado, a precariedade do emprego doméstico e a informalidade o qual é tratado motivam a desistência e a falta de interesse por essa profissão.

Em 2012, a associação assinou um memorando de entendimento com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):

“No documento, a associação se compromete publicamente a desenvolver e contribuir com atividades no Brasil em três áreas: promover os direitos das mulheres; fortalecer o empreendedorismo e a independência financeira das brasileiras de baixa renda; e desenvolver ações conjuntas para oferecer oportunidades para mulheres em situação de violência doméstica e vítimas de violência urbana (Portal AME).

Dessa forma, a AME tem por foco a realização de parcerias com instituições do 1º, 2º e 3º setor, governamentais e não governamentais, para promover a capacitação das mulheres, principalmente de baixa renda, além de motivar o acesso ao emprego.

Hoje a organização oferece dois cursos, realizados por meio de parcerias, uma com o governo e outra com uma empresa privada. Os cursos são, informática básica e bordado, que recebem mulheres entre 18 e 65 anos de idade. A lista de participantes é definida a partir da demanda gerada pela procura das próprias

mulheres que ficam sabendo da oferta dos cursos por alguma das mídias com rádio, televisão e jornal, e assim procuram a organização para se candidatarem à uma vaga. A seleção das mulheres ainda não está bem sistematizada, às vezes ocorre por ordem de inscrição outras vezes por definição de idade, ou situação laboral, nesse último caso, sempre tendo as desempregadas como prioridade.

O curso de informática básica tem duração de um mês, com três aulas por semana de três horas e meia cada. As aulas são ministradas na sede na associação, que faz uso de uma sala cedida por um grupo de empresas. Cada turma comporta cerca de dezoito educandas. Mas o fato de estar alocada em um ambiente não próprio fragiliza o processo de emancipação da organização e execução das atividades com o público alvo, pois a organização está submetida à disponibilidade do grupo para o uso das salas de treinamentos.

Em virtude disso, já dentro do processo de reestruturação da sistemática de trabalho, a organização tem procurado estabelecer parcerias com entes dos primeiros e segundo setores para o desenvolvimento das capacitações.

Atualmente, a OSCIP está negociando a uma proposta de parceria com o CDT (Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico) da Universidade de Brasília para recepção das turmas do curso de informática. O contato foi iniciado devido uma das coordenadoras do CDT ser sócia fundadora da AME. A associação e o CDT pretendem formalizar um acordo de cooperação técnica, sem recursos financeiros, onde a UnB disponibilizaria o espaço físico e a ONG os professores dos cursos.

Participei do processo de elaboração e formação e encerramento do curso de duas turmas do curso de informática básica. Durante a formação das turmas, ficou claro a preocupação de capacitar as educandas para a inserção, manutenção e permanência no mercado trabalho. Outro ponto que chamou atenção, foi o discurso das mulheres, era muito evidente suas expectativas de serem inseridas ou recolocadas no mercado de trabalho. O curso claramente se configurava numa oportunidade de capacitação profissional ou na conquista de um emprego cuja remuneração fosse melhor que a vivenciada por elas naquele momento.

Da mesma forma ocorreu em relação às expectativas do curso de bordado, que é um projeto firmado em parceria entre a AME e a Secretaria de Justiça do Distrito Federal (SEJUS) que possui quatro núcleos para o Atendimento Multidisciplinar às Vítimas de Violência (Pró-vítima). Esse é um projeto governamental, criado em 2007, que oferece atendimentos psicossocial e jurídico exclusivamente às vítimas de violência. A AME oferece a professora especializada, material didático e lanche para as alunas, enquanto o Pró-vítima oferta o espaço físico e indica as mulheres atendidas pelo núcleo.

Nesse contexto fica evidente a importância da cooperação entre empreendimentos solidários, como falada por Singer (2005), além reafirmação prática de que existam uma grande diversidade de formas de Economia Solidária. Logo entendemos que a diversidade dos conhecimentos possíveis de serem compartilhados, multiplicados e aprendidos são infinitas.

A AME possui ainda, como iniciativa a realização de palestras de temas diversos, que tem como objetivo a inserção das mulheres no mercado de trabalho ou na conquista de renda de forma autônoma, além de palestras e debates sobre leis de interesse comum à causa que defendem. Nesse cenário são envolvidos amplamente todos os atores sociais, tornando possível o diálogo aberto e ilimitado que visa a transformação positiva do cenário de atuação das mulheres na sociedade mundial, mais justa, colaborativa e democrática. Podemos notar em vários momentos a tendência de inserção dessas mulheres na Economia Solidária. Um exemplo desse processo está relacionado com a reestruturação do estatuto da AME, pois há a ideia de iniciar um projeto de orientação sobre empreendimentos solidários para as mulheres atendidas pela organização.

2.3. O SURGIMENTO DO INTERESSE SOBRE O TEMA GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS:

Para que se entenda melhor como chegamos a escolha desse tema, se faz necessário um retorno no tempo, onde apresentaremos a raiz da identificação relacional com o tema gestão e organizações sociais e meu processo acadêmico.

O interesse em analisar o tema surgiu, antes de meu ingresso Associação das Mulheres empreendedoras – AME. Todo o processo de inserção no tema se deu diante de uma demanda de trabalho, onde eu coordenaria um projeto em parceria com uma grande multinacional, *International Business Machines* - IBM, que se dispôs a firma parceria com a Associação Telecetros de Informação e Negócios – ATN, ONG onde eu trabalhava como gerente de projetos. O projeto visava empreender uma série de 10 treinamentos durante do segundo semestre de 2012 e o primeiro semestre de 2013, voltados para o apoio das organizações do terceiro setor com conhecimentos sobre gestão, surgiu assim, a série de treinamentos intitulada, Boas Práticas na Gestão de Organizações Sociais para Instituições do Terceiro Setor. A partir desse trabalho, onde eu que me voltei para a observação do tema e na observação de sua relevância para as organizações do Terceiro Setor no Brasil.

Ainda na ATN, realizei o estágio supervisionado obrigatório – projeto 4, durante do segundo semestre de 2012, tendo início em abril e se estendeu até outubro de 2012. Durante esse período foram realizados alguns dos workshops previstos, aos quais faremos menção pouco à frente. Cabe nesse momento situar um pouco o local onde o trabalho começou a ser desenvolvido.

O trabalho foi desenvolvido, sobretudo, nas dependências da Associação Telecentro de Informação e Negócios – ATN, que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, entidade sem fins lucrativos, criada em março de 2006 que se dedica a apoiar o desenvolvimento e a sustentabilidade de telecentros, instituições do segundo e terceiro setor, visando a buscar de melhorias das condições sociais e econômicas das pessoas e das comunidades do Brasil.

Trabalho na ATN desde outubro de 2009, onde ingressei como estagiária da área de educação e após 6 meses de estágio fui contratada como auxiliar de diretoria, onde exerço atualmente a função de gerente de projetos, coordenando diversos projetos voltados para inclusão sócio digital por meio do apoio aos telecentros e organizações do terceiro setor.

As duas instituições são parceiras desde 2011 e já desenvolveram juntas uma série de projetos voltados para a transformação da realidade social do país por meio do Telecentro, público alvo da ATN. Em meados de 2011, a IBM premiou a ATN com a doação da licença do software IBM Lotus Connections, para que a partir desse software a ATN montasse sua própria rede social para apoio de seu público alvo, Telecentros e organizações do terceiro setor.

A partir da parceria entre a ATN e a IBM para criação da Rede Social ATN, notou-se a necessidade de apoiar o desenvolvimento e as competências das Organizações Sociais em conteúdos de gestão. A ATN em parceria com a IBM firmaram um acordo de parceria visando desenvolver o projeto “Collaboration tools for connecting social enterprises and non-profits – Phase III” que visa capacitar gestores de organizações sem fins lucrativos em ferramentas de gestão. Fazendo uso de um material especialmente desenvolvido pela IBM para esse fim, a parceria com a ATN possibilitou a realização dos treinamentos regionais para disseminação desse conhecimento. São ao todo 10 treinamentos regionais, dos quais já foram realizados 8, o primeiro em Goiânia - GO e segundo em Brasília – DF e em seguida Belo Horizonte – MG, depois Belém PA, Vitória – ES, em 2013 foram realizados os treinamentos em Bauru – SP, Macaé – RJ e Maceió – AL. Até a apresentação desse trabalho terão sido realizados os dois outros treinamentos, um em Campo Grande – MS e o outro em Cuiabá – MT.

O Objetivo do treinamento é aprimorar o conhecimento das Organizações de Terceiro Setor em conteúdos de gestão, promover a conexão e o intercâmbio das melhores práticas e oportunidades de networking entre os participantes. Proposta que converge naturalmente com os princípios de cooperação entre organizações do terceiro setor em parceria com segundo setor.

O treinamento é ministrado por um consultor apoiador do projeto, com ampla experiência na área gestão e especialista no trabalho com organizações sociais (Parceria com firmada entre a ATN e a empresa Alavanca Social) e por mim, na figura de representante da ATN, exercendo o papel de gerente do projeto, orientadora de uso e processos da ferramenta IBM Lotus Connections, apoio ao consultor e organizadora do evento. Após minha saída da ATN, os laços de parcerias foram mantidos e continuo ministrando o curso nos mesmo moldes, a partir de uma parceria firmada entre a ATN e a AME.

Todos os participantes são convidados a ingressar na Rede Social ATN para acessar a Comunidade Colaborativa, onde terão acesso aos conteúdos do treinamento, fóruns de discussão e troca de experiência entre as organizações participantes e também no curso à distância com o mesmo tema, onde os assuntos abordados durante o treinamento são aprofundados e sistematizados em forma de curso virtual com carga horária de 40 horas.

Como podemos notar o processo do treinamento consiste no uso de três ferramentas com diferentes metodologias de aplicação: O treinamento presencial, Curso virtual e os processos da Rede Social ATN, todos voltados para aprimoramento dos conhecimentos construídos cada etapa do processo. Contudo, vamos nos ater principalmente aos treinamentos presenciais já realizados em Goiânia, Brasília e os preparativos para a realização do treinamento em Belo Horizonte.

O site da ATN é www.atn.org.br, a página Comunidade Colaborativa da Rede ATN (<http://www.atn.net.br>), um ambiente virtual, onde os participantes têm oportunidade de manter a interação e aprofundamento dos temas abordados no curso e também a página do hot site da Rede ATN, onde vocês terão mais informações sobre o projeto da Rede.

O curso presencial tem duração de apenas um dia e todos os participantes, no ato da inscrição, são inscritos também para participar gratuitamente do curso no virtual, que contempla os temas de forma mais ampliada e também da comunidade colaborativa construída na Rede Social ATN, que é a plataforma de apoio para conexão e atividades durante e depois dos cursos presenciais e à distância.

A Comunidade Colaborativa foi criada para conectar todos os participantes e apoiadores dessa iniciativa, visando a conexão dessas organizações sem fins lucrativos em uma rede, a fim de promover o intercâmbio das melhores práticas em gestão e, potencialmente, criar oportunidades de negócios e network entre elas.

A realização desse trabalho com o olhar mais crítico que o estágio nos proporciona, foi essencial para o desenvolvimento de um trabalho ainda mais voltado para o didático e pedagógico, tendo em vista a complexidade dos assuntos abordados e o curto espaço de tempo em que eles são ministrados durante o curso presencial.

No estágio temos a oportunidade de nos enxergar melhor do outro lado do processo educativo, a práxis é um processo indispensável na formação do docente. Para isso, o estágio supervisionado é uma ferramenta que deve ser aproveitada em seu máximo, para que a partir dela se forme uma base robusta para o fortalecimento e potencialização do trabalho docente, durante e após a graduação, conhecimentos esses que devem ser continuamente renovados e aprimorados no decorrer da vida, mesmo após o encerramento da carreira docente, seja ela qual espaço tenha sido exercida.

Por isso, nesse momento nos voltaremos para a análise do processo didático desenvolvido durante os treinamentos presenciais em Goiânia e Brasília e como esses processos podem serem melhor desenvolvidos com vistas a um melhor envolvimento do público alvo e aproveitamento dos conhecimentos abordados.

Todo o processo foi desenvolvido em ambiente não escolar. O processo de idealização e desenvolvimento conceitual dos treinamentos tiveram como base um material especialmente desenvolvidos por duas especialistas da área, professoras

da Universidade de São Paulo – USP, em parceria com o Instituto Razão Social – IRS, que estava incumbido de transformar esse material no curso em formato à distância, que será entregue para administração e locação nos servidores da ATN. Todo esse processo e material foi encomendado e patrocinado pela IBM.

É preciso lembrar que todos os ambientes são considerados educativos, sejam eles escolares ou não escolares todos possuem sua forma de processo educativo. Definindo de forma superficial o que são espaços escolares e não escolares, podemos dizer que os contextos escolares são aqueles que ofertam educação formal, normalmente relacionados àquele oferecido em escolas.

Já o contexto educativo em ambientes não escolar é mais complexo de ser definido, pois pode acontecer em qualquer ambiente, o que definirá seu cunho educativo são os processos educativos e de aprendizagem intencionais desenvolvidos e podem acontecer em variados ambientes sob a supervisão de um pedagogo para executar e orientar todo o processo. Segundo (GOHN, 2010) o processo educativo pode ser executado em Associações, Movimentos Sociais, Igrejas, Sindicatos, partidos políticos, espaços culturais, ambientes com idosos e outros.

Os movimentos sociais têm sempre um caráter educativo e de aprendizagem para seus protagonistas. Finalmente, os movimentos sociais na atualidade tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política. Têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais, podendo, portanto, virem a ser matriz geradora de saberes (GOHN, 2010, p. 16).

Também são considerados ambientes educativos não escolares, outros espaços que possuam atividades educativas sistematizadas e intencionais. Entre eles, podemos citar os presídios, empresas públicas e privadas, hospitais e outros. Considerando essa diversidade de possibilidades de atuação do pedagogo em ambientes não educativos, esses processos ainda são pouco compreendidos, contudo, esse é um movimento que vem ganhado cada vez mais adeptos e pesquisadores, que juntos desvendam os mistérios da educação em ambientes não

escolares. Apensar de ainda ser um movimento acanhado, cada vez mais instituições estimulam e capacitam seus pedagogos a desbravar novos ambientes, que não o sistema formal de ensino escolar.

O desenvolvimento do projeto de eventos regionais Treinamento Boas práticas em Gestão para Organizações do Terceiro Setor teve por base as premissas de Delors (1996), que classifica as competências necessárias para o século XXI em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver.

Na proposta do projeto, as bases de desenvolvimento priorizam as competências gerais que serão empreendidas pelos pilares de Delors (2006): o aprender a conhecer, prioriza o uso adequado dos conteúdos que fundamentam o trabalho e das infinitas fontes de pesquisas disponíveis atualmente, na intencionalidade de que o educando exerça sua capacidade de estabelecer análise criteriosa quanto à coerência, pertinência e fidedignidade das fontes e informações pesquisadas; o aprender a fazer é o processo construtivo do conhecimento, que se dá de forma coletiva e continuada, primando pela construção, desconstrução e reconstrução dos conhecimentos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem; o aprender a ser e aprender a conviver perpassam juntos pelo processo de ensino e aprendizagem individual e coletivo, essenciais para a construção e execução de conceitos de ética e trabalho colaborativo.

A fim de alcançar o desenvolvimento dessas competências envolvemos todo o processo de construção projeto nesse referencial teórico como eixo norteador para composição das bases e princípios metodológicos, visando sempre contemplar e envolver os conhecimentos específicos de gestão no terceiro setor com as competências do saber conhecer, do saber fazer, do saber ser e do saber conviver, indispensáveis para a construção coletiva significativa e desenvolvimento das ações propostas. Desse desenvolvimento participaram, eu e o apoiador especialista no trabalho com o Terceiro Setor, também contamos com o apoio de uma pedagoga consultora da IBM, que após assistir o segundo treinamento, nos apoiou com orientações gerais a cerca da abordagem e metodologia utilizada durante o curso presencial.

Para execução do primeiro treinamento, como piloto, foi usada uma forma sintética de todo conteúdo e todos os temas que compunham o material produzido pelas professoras da USP e em parceria com o IRS, no sentido de identificar e avaliar as primeiras adequações a serem feitas, que teriam como base orientadora uma avaliação feita pelos participantes do curso e pelas observações feitas por mim e pelo outro professor durante a execução do curso no sentido de obter subsídios para a reelaboração de formato e conteúdos mais adequados e interessantes para o público alvo.

Detectamos uma série de reestruturações que deveriam ser feitas para melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. No entanto, o curto prazo para proceder tais modificações se mostrou como fator favorável, o que pode ter afetado parcialmente reestruturação e a metodologia de execução do segundo treinamento. Após a realização do segundo treinamento novamente foi detectado necessidade de reestruturação, então começamos um trabalho intenso de reuniões coletivas entre os parceiros (ATN, IBM e Alavanca Social) que mudaram a proposta dos treinamentos para um formato mais próximos de oficinas que o de workshop, como vinha sendo executado anteriormente.

Meu envolvimento nessa série de treinamentos, despertou a curiosidade de conhecer mais o processo de gestão das organizações sociais, pois em todos os workshops desenvolvidos a questão da pouca profissionalização das organizações sociais participantes, foi muito evidente.

Foi durante a realização de um desses workshops que eu conheci a Associação das Mulheres empreendedoras – AME, que participou do treinamento realizado em Brasília. Na mesma época do curso, articulamos algumas reuniões com a AME no sentido de viabilizar uma parceria entre a ATN e a AME. Alguns meses depois recebi uma ligação da Vice-presidente da AME que me convidou para assumir a gerência da organização. Após cerca de um mês, aceitei o convite que me ganhou pela oportunidade em colocar em prática meus conhecimentos pedagógicos adquiridos durante os treinamentos sobre gestão de organizações sociais.

Logo que foi iniciado meu processo de transição da ATN para a AME, livre do conceito de concorrência, tratamos logo firmar uma acordo de cooperação entre as duas organizações, a fim de por em prática a dádiva, por meio do dar, receber e retribuir, foram alinhadas uma série de contrapartidas entre as partes, visando que ambos os lados saíssem ganhando com a transição.

Um dos pontos que prevê o acordo é a minha permanência como consultora e instrutora do curso. A AME e ATN se firmaram essa parceria com a anuência da IBM, na promoção da série de workshops sobre boas práticas em gestão de ONG's, a fim de fortalecer ainda mais o Projeto Workshop Boas Práticas na Gestão de Organizações Sociais, que promove uma série de workshops regionais para ONGs do país.

“A parceria firmada entre AME, IBM e ATN visa, principalmente, apoiar o desenvolvimento das organizações sociais brasileiras. Consideramos esse projeto inovador, tendo em vista a formação de uma rede de ONGs que se apoiam no processo de fortalecimento institucional e social.”, afirma Karina Boner, vice-presidente da AME.

Em 2013, já receberam o treinamento as cidades de Bauru (SP), Macaé (RJ) e Maceió (AL). As cidades de Cuiabá (MT), Campo Grande (MT), Passo Fundo (RS), São Luís (MA), Teresina (PI), Natal (RN) e Porto Velho (RO) estão na rota dos próximos encontros, que são frutos de uma nova fase do projeto que prevê a realização de mais cinco workshops, tendo em vista o bom desenvolvimento do projeto e sua importância para a profissionalização do terceiro setor.

“Poder compartilhar a oportunidade de profissionalização e conhecimentos que facilitam a gestão das ONGs, nos motiva a continuar aprimorando a cada dia o treinamento, que muda de acordo com as necessidades locais e perfis das ONGs da região. Os participantes também contribuem para o aperfeiçoamento do curso à medida que dão sugestões e compartilham informações de interesse comum”, diz José Avando, diretor geral da ATN.

“Esse programa é um exemplo das soluções que a IBM desenvolve por todo o país para colocar a tecnologia a serviço da otimização dos processos de negócios, tornando-os mais inteligentes e eficazes. Neste caso, direcionamos a iniciativa para auxiliar organizações na conquista de sua autossustentabilidade”, diz Alcely Barroso, Diretora de Cidadania Corporativa da IBM Brasil.

É importante ressaltar a participação e excelente contribuição dada pela parceria da empresa Alavanca Social, especializada em soluções para o Terceiro Setor, que disponibiliza um consultor especialista na área, o Senhor Marcelo Rachid, que também é proprietário da empresa e ministra os cursos junto com uma consultora da ATN e AME.

Os próximos workshops serão realizados nos dias 30 de julho, em Cuiabá (MT), e 1º de agosto, em Campo Grande (MT). Além do curso presencial, as organizações participantes têm a oportunidade de interagir por meio do software IBM Connections, uma rede social colaborativa que ajuda no uso do conhecimento coletivo, neste caso, das entidades do Terceiro Setor, permitindo a construção de novas conexões, a discussão em fóruns e o compartilhamento de materiais.

A partir de meu ingresso na AME, a cerca de 2 meses atrás, iniciei a aplicação dessa proposta de trabalho, a qual, apesar do curto período de experiência, já deu frutos expressivos, aos quais abordaremos em seguida.

2.4. PROPOSTA PEDAGÓGICA, RESULTADOS E ANÁLISE.

Propomos então uma metodologia que possa contribuir para o desenvolvimento de uma pedagogia autogestionária, entendendo-a como um processo educativo, a autogestão se soma aos conhecimentos pedagógicos visando o alcance desse objetivo. Nessa perspectiva a proposta era pensar os processos de trabalho, de uma forma que garantisse a construção da autogestão organizacional, na perspectiva dos princípios da Economia Solidária.

Para que a proposta de implantação de uma sistemática organizacional com base na autogestão, é necessário que todos os participantes envolvidos estejam de acordo e envolvidos no processo de construção da proposta, pois concerne a eles de forma coletiva, a tomada de decisões que deve ser tomada a partir do entendimento de seus papéis, seu potenciais, suas direitos e deveres dentro da organização. Só assim, seria possível empreender o trabalho político consciente com base na solidariedade, cooperação, sustentabilidade e autogestão, proposta da Economia Solidária.

Segundo Batista, Singer fala em como o modelo de autogestão materializa as relações de cooperação, por meio da gestão democrática. (Batista, 2012).

O cooperativismo significa, portanto, o exercício dos princípios fundamentais de igualdade e da autogestão em prol da composição de alianças e estratégias que visam a reduzir a pobreza e a exclusão social. Reflete, ainda, um movimento que pretende articular-se também com os movimentos populares, instancias governamentais e internacionais, que visem ao resgate do exercício pleno da cidadania (Singer, 2003 *apud* Batista, 2012).

Um dos aspectos observados foi a pouca compreensão da Economia Solidária e sua relação com os princípios e metodologia na gestão do trabalho, tornando explícita a necessidade de um trabalho mais intenso no sentido de construir um aporte teórico necessário para o desenvolvimento da pesquisa e a eficácia da proposta.

Gadotti (2009) fala sobre a valorização dos saberes e o compartilhamento de responsabilidades um dos grandes desafios do estabelecimento da Economia Solidária. Esse também se configura como um desafio de nossa proposta, num plano de visão mais micro desse ponto de vista, a aplicação desses princípios dentro da AME.

o desafio da Economia Solidária de se organizar de forma autônoma, de mostrar, na prática, que somos capazes de produzir autonomamente, sem nos relacionar com um patrão que nos dá ordens; o desafio de potencializar os empreendimentos solidários, já que muitos ainda não estão trabalhando em rede; o desafio de compartilhar responsabilidades, sobretudo no campo do financiamento dos empreendimentos (cofinanciamento). O financiamento não se limita apenas aos recursos financeiros, já que nosso “capital” é constituído também de experiências, tecnologias, culturas, saberes, competências e habilidades. O saber também deve ser visto como uma tecnologia. A tecnologia não é apenas uma ferramenta. Nesse sentido, a própria qualificação poderia ser vista como uma tecnologia (Gadotti, 2009).

A proposta caminha para a implantação do trabalho de forma coletiva, mantendo o compromisso de desenvolver uma metodologia autogestionária com o grupo, mas para isso está sendo preciso constantemente a o desenvolvimento do exercício da autogestão com a equipe de trabalho. Para isso, após o período de observação, foi estabelecido um planejamento básico inicial, muito simples, considerando as demandas identificadas pelo grupo como ponto de partida.

Após esse período de adaptação, as expectativas foram alinhadas entre os membros da equipe, que no início compreendia apenas eu e uma assessora jurídica, que trabalha na organização desde 2009. Então, iniciamos a construção coletiva de um plano de trabalho, primeiros passos que facilitaram a condução e o planejamento das atividades, assim como definimos o fechamento das prioridades que seriam trabalhadas tendo em vista as dificuldades mais latentes da organização, também expliquei qual seria a abordagem metodológica de trabalho e por que entendia que essa seria a forma mais adequada de trabalho. Os trabalhos e reuniões entre as equipes foram feitos, em sua maioria, numa sala de reunião do grupo e algumas vezes na sala da vice presidente da ONG.

É importante destacar a necessidade de assinalarmos a realidade da maioria das organizações do terceiro setor, que trabalham com verba curta e equipe reduzida. Entre as definições das necessidades mais latentes, destacou-se a necessidade urgente de contratação de equipe. Essa demanda foi leva à presidência que prontamente autorizou a contratação e mais uma colaboradora para apoio geral das atividades.

Antes de meu ingresso na organização, a ONG possuía apenas uma funcionaria que suportava a execução de todas as atividades da ONG, caos essa situação se mantivesse, a sustentabilidade da organização estaria seriamente comprometida. Essa colaboradora, atuava em todas as etapas e frentes do projeto, executando atividades, inclusive variadas, inclusive de cunho pedagógico, além de organização dos eventos, confecção de relatórios, análise financeira e funções operacionais, tais como confecção de material didático, realização de ligações, envio de convites e análise dos dados, entre outras.

O conceito de sustentabilidade financeira que esse trabalho tenta estabelecer na organização é o de sustentabilidade por meio da articulação de parcerias empresas e entidades do setor público e privado que têm interesse em ofertar serviços e produtos aos ao público atendido pela AME, gerando, portanto, receita adicional para a manutenção da própria Associação.

A sustentabilidade trata, sobretudo, da sustentabilidade financeira e da sustentabilidade social. A sustentabilidade financeira implica na obtenção de receitas resultantes dos serviços prestados pela organização, permitindo, assim, efetuar os pagamentos de despesas administrativas, de infraestrutura, pessoal e custos com o desenvolvimento de cursos. Já a sustentabilidade social pode ser medida pelo grau de desenvolvimento das relações do grupo de trabalho. Há outras dimensões da sustentabilidade, tais como: a sustentabilidade política, organizacional, dentre outras que também devem tomar a atenção do processo de reestruturação organizacional.

A organização não deve ter por finalidade ser uma instituição lucrativa e sim autossustentável, entretanto, os recursos para a sua sustentação devem ser suficientes para que ela usufrua do desenvolvimento e manutenção dos seus processos. Nesse processo de sustentação, importa manter uma reserva de recursos para novos investimentos necessários a fim de assimilar e caminhar junto com os avanços socioeconômicos atuais.

Nesse sentido, o processo inicial de trabalho com a equipe identificou as seguintes necessidades primordiais iniciais:

1. Contratação de novos colaboradores para apoio e manutenção da gestão dos processos da organização.
2. Reestruturação do estatuto da organização, a fim de incluir e clarificar processos mais simples que possibilitem o maior desenvolvimento de sua missão.
3. A definição de um plano de trabalho para distribuir as atividades, de maneira que desonerasse a colaboradora mais antiga da organização e envolvesse as demais colaboradoras no processo de conhecimento sobre a organização e cooperação nas atividades executadas.
4. Criação de um plano de ação para alavancagem das oportunidades de treinamentos para as mulheres atendidas.
5. Modificação da forma de estabelecimento e aquisição de parcerias, a fim potencializar esse processo e aumentar as oportunidades geradas pela organização para as mulheres atendidas.
6. Capacitação da equipe, com o intuito de aprimorar cada vez mais as ações de gestão e processo desenvolvidos pela organização, baseados na proposta de autogestão, colaboração, solidariedade e sustentabilidade – base da Economia Solidária.
7. Definição de um plano de cargos e salários, que objetiva a valorização dos profissionais envolvidos e reconhecimentos pelos bons trabalhos desenvolvidos.

Esse processo está em andamento e foi muito bem acolhido pela equipe de trabalho e diretoria. A organização está ansiosa para verificar os frutos desse trabalho. Para isso está sendo trabalhado o conceito de autogestão por meio do diálogo com a equipe, da socialização das informações, discussões em grupo, a fim

de que sejam conhecidos os problemas e as alternativas sejam pensadas de forma coletiva, primando sempre pelo uso da palavra, pelo respeito às opiniões e ideias de todos na busca de pontos comuns.

Cabe retornar ao conceito de autogestão entendido nesse trabalho, como sendo o processo onde os participantes exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.⁷

Nesse sentido dar sustentabilidade aos processos de gestão, vitais para a sobrevivência as e manutenção da organização temos empreendido na Associação das Mulheres Empreendedoras do DF – AME “práticas conjuntas onde às decisões são coletivas e compartilhadas, os interesses comuns respeitados, há o aprendizado de trabalhar junto, colaboração entre todos, sentimento de solidariedade e aprendizagem de lidar com os conflitos”. (Documentos oficiais da Economia Solidária⁸)

Minha inserção nesse trabalho a partir dos conhecimentos pedagógicos adquiridos puderam se dar de forma planejada e estruturada. Aos poucos e constantemente por meio do diálogo fui realizando uma série de treinamentos. Após algum tempo de imersão no projeto, pude perceber que para equipe de trabalho o conceito de autogestão não estava totalmente claro, então percebi que seria preciso uma série de alinhamentos entre os membros da equipe para que a partir daí fosse elaborado uma plano de ação e um projeto coerente com as expectativas iniciais.

Nesse sentido, a competência pedagógica foi essencial para que o projeto tomasse rumos coerentes com seu propósito, para que um planejamento estratégico e coerente fosse traçado a partir de linhas de simples compreensão por todos os elementos envolvidos no processo. Elaborar o planejamento pedagógico dessa

⁷ Informação encontrada no site do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, disponível em <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria>

⁸ Cartilha sobre Economia Solidária, disponível no site: www.ejaecosol.org.br

proposta está sendo um grande desafio, tendo em vista o curto tempo de preparação que tenho entre as atividades dessa pesquisa e a grande demanda de atividades outros projetos aos quais também gerencio.

Sua construção tem significativa importância, pois precisamos coletivamente construir um proposta que preveja todas as etapas da ação educativa e tentar detalhá-las com o maior nível de precisão possível, a fim de mitigar ao máximo a não abordagem dos conteúdos previstos, sua aplicação adequada, significativa, metodologicamente viável e sensível á realidade dos participantes, primando pelo compromisso de atender aos princípios educacionais da construção colaborativa e coletiva.

Todo esse processo requer um tempo, na maioria das vezes inexistente. Para que o seja alcançado êxito o processo e sua metodologia deve ser priorizado é preciso haver um grande movimento de disciplina e organização, pois esses são fatores que nos ajudam a potencializar o tempo investido na análise das etapas, pesquisa, identificação das necessidades e dificuldades, além de diminuir atividades de retrabalho.

Todas as ações de intervenção têm sido realizadas em conjunto com equipe da AME, que tem executado os treinamentos comigo, assim como todo o processo de elaboração e reelaboração do planejamento, que pode mudar de acordo com a identificação de novas necessidades e redesenho de situações, pois se trata de um processo cíclico de adequações, experimentações e avaliações contínuas.

Estamos trabalhando para que a estrutura do projeto sirva com uma matriz norteadora das atividades, contudo, mantemos a atenção para não torna-lo inflexível, pois a intensão é aprimorá-lo a cada avaliação e adequá-lo ao fim para o qual será empreendido. Entendemos que cada fase superada do processo, gera novas necessidades e possui características diferentes que devem ser respeitadas e integradas ao processo educativo, permitindo assim, incorporar ideias, soluções e inovações que apareçam durante o percurso, o que tornará, de certa forma, o planejamento e o processo de reestruturação uma atividade habitual da organização.

Outro princípio educacional importante a ser considerado é a que configuram os processos relacionais humanos. A relação entre a equipe de trabalho, diretoria, parceiros e presidência deve ter como princípio básico a colaboração, a parceria, a construção coletiva, conforme Freire (1981) afirma, “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” É preciso romper com a estrutura hierárquica e autoritária instalada nos antigos processos tradicionais de educação e trabalho. É preciso desconstruir o paradigma dogmático, onde o professor transmite e os “alunos” captam e reproduzem o conhecimento, mesmo lógica instauradas nos processos capitalista. Numa relação de parceria ambos os atores envolvidos crescem juntos e as benesses são recíprocas.

Para Oliveira (2006), a ideia de paradigma se refere a “um padrão que se cria, orienta todas as nossas ações e percepções, permite ler a realidade de forma inusitada, afeta nossos valores e modifica as formas pelas quais agimos e como pensamos as instituições e a sociedade”.

A construção deve ser dialógica entre educadores e educandos, que pode e deve ser aludida para o processo de relação entre pesquisado e pesquisador na pesquisa-ação. Nesse sentido se faz essencial para o estabelecimento de uma revolução educacional, onde aja criticidade e significância para todos os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Dentro dessa lógica, a proposta de reestruturação organizacional da AME, por meio da implantação de um sistema de autogestão com base na Economia Solidária nos deu amplas possibilidades trabalho, pois permitiu a construção e reconstrução, por meio do pensamento reflexivo e avaliação da práxis.

É para que melhor direcionemos nossa práxis, que devemos conhecer ao máximo nosso interlocutor, assim poderemos maximizar e potencializar o nível de receptividade e significância do diálogo e minimizar o esforço que fazemos para entendimento da mesma, o que não quer dizer concordância, pois na verdade o dialógico está intimamente ligado à discordância, discussão de conceitos, divergência. Como diz Paulo Freire (1979):

“Ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em 'seres para outro' por homens que são falsos 'seres para si'. É que o diálogo não pode travar-se numa relação antagônica. O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o 'pronunciam', isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos (FREIRE, 1983, p. 43). [...] O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento 'experencial'), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la”. (ibid., p. 52).

Um dos processos que evidenciam a mudança de no processo e o início da implantação de um novo sistema de trabalho, é modificação da forma e formato de captação de parcerias que está sendo estabelecidas pela AME. Atualmente a organização tem buscado parcerias mais complexas e que deem maior suporte para o desenvolvimento organizacional.

Um exemplo disso foi a parceria firmada com a *International Business Machines (IBM)*, uma empresa americana com filial no Brasil, especializada na área de tecnologia da informação. O objetivo da parceria da IBM com a AME é de dar suporte para o desenvolvimento da associação, por meio de consultorias especializadas nas área de colaboração e liderança, planejamento estratégico e gestão de projetos.

Inicialmente a IBM dará três consultorias divididas da seguinte forma: Primeira: curso de colaboração e liderança com duração de 5 horas com a participação dos parceiros, voluntários, diretoras e colaboradoras; Segunda: curso de planejamento estratégico com duração de 32 horas com a participação das colaboradoras e diretoras; Terceira: curso de gerência de projetos com duração de aproximadamente 40 horas com a participação das colaboradoras, diretoras e algumas pessoas estratégicas para a AME.

Esse tipo de parceria denota o amadurecimento da organização que a a

partir da proposta de reestruturação entendeu a necessidade de captar bons parceiros e que esses por sua vez, podem ajudar desde o investimento financeiro para o desenvolvimento de curso para as mulheres atendidas, até o investimento em capital intelectual nas capacitações para a equipe da AME.

A IBM por sua vez, ao empreender tal parceria, investe na atuação de responsabilidade social empresarial, por meio de sua área de Cidadania Cooperativa, área que atua diretamente com os projetos em parceria com o governo e terceiro setor. Essa área de investimento da IBM se preocupa em ajudar as cidades com o conceito de *smart cities* (cidades inteligente), onde atuam diretamente em temas como sustentabilidade inteligente dos processos sociais dos países.

Godotti, nos fala a cerca do que tratam os conceitos de responsabilidade social e responsabilidade social empresarial, que se mostram muito próximos de acordo com o que diz Gadotti:

“responsabilidade social se traduz no compromisso de uma instituição, organização, empresa ou governo, com a cidadania e a ética, na perspectiva da transformação social. No caso de uma empresa, a responsabilidade social se explicita nos princípios e valores que norteiam todos os seus atos e que podem ser tornados públicos por meio de um balanço social” (Gadotti, 2009).

As parcerias se configuram como uma aliada importante para a continuidade dos processos sociais nas organizações sem fins lucrativos, nos movimentos sociais, em fim, das organizações que compõem o terceiro setor. Contudo, precisamos garantir de que essas parcerias mantenham sinergia com nossas propostas de trabalhos e nossas causas, para evitar correr o risco de desvirtuar aquilo pelo que lutamos. Com isso é preciso que as parcerias sejam alcançadas e avaliadas dentro dos princípios e diretrizes da Economia Solidária. A proposta de reestruturação e implantação de uma sistemática de autogestão na AME se pautou por esses princípios e já esta atuando para seu alcance.

A AME com seu próprio exemplo pode servir como qualificadoras e incentivadora dos parceiros para que eles também venham a se direcionar pelos princípios dessa proposta social que compreende a Economia Solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o sábio mestre Paulo Freire um dia no disse: "Não há docência sem discência, as duas se explicam, e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender". Freire, Paulo (1996).

Esta pesquisa-ação explorou a experiência pedagógica vivenciada pela proposta de reestruturação organizacional da AME no estabelecimento de processos de autogestão, baseando-se nos alicerces da Economia Solidária (autogestão, solidariedade democrática e sustentabilidade), direcionada especificamente aos processos de trabalho da organização social participante dessa pesquisa.

Também foram apresentadas, neste trabalho, discussões sobre os papéis das políticas públicas, do terceiro setor e da Economia Solidária, bases da fundamentação teórica na qual bebe nossa proposta de trabalho.

Considerando o relato de experiência a análise à luz das contribuições bibliográficas desde estudo, chegamos à conclusão de que a Associação das Mulheres Empreendedoras do DF – AME, organização objeto de nossa pesquisa, está trilhando um bom caminho em busca da implantação dos processos autogestionários de trabalho e que a autogestão se configura como um processo educativo que deve ser empreendido no dia a dia da organização de acordo com as orientações e premissas da Economia Solidária.

A pesquisa-ação realizada na AME permitiu a interação e integração entre os participantes da pesquisa, tornando possível identificar que a ONG se enquadra não como um empreendimento de Economia Solidária, mas sim como uma Entidade de Apoio e Fomento, pois suas ações fortalecem as atividades empreendedoras de mulheres que atuam empreendimentos solidários, por meio de capacitação, assessoria e assistência organizativa.

A proposta de atuação da AME converge sem dúvida com a proposta de estilo de vida em sociedade da Economia Solidária, sendo totalmente possível adequar seus processos e projetos aos valores que ela representa, como solidariedade, autogestão, sustentabilidade e cooperação. Tais adequações fortalecerão a AME no combate a favor da superação das desigualdades sociais e da violência contra a mulher, favorecendo a mudança de vida e superação por meio do empoderamento feminino.

As participantes da equipe acolheram o trabalho de forma sensível e colaboraram em todos os sentidos para que a pesquisa fosse realizada com o maior nível de acerto possível. Elas estão entusiasmadas e agradecidas pela oportunidade de fazer parte e contribuir para a realização de um trabalho que propõe a melhoria das suas condições de trabalho e vislumbram a possibilidade de alavancagem e manutenção de suas carreiras dentro do terceiro setor.

Também é fruto desse trabalho, a melhoria na qualidade das propostas de projetos da organização, assim como a ampliação do número potencial de vagas nos cursos , treinamento e palestras realizadas pela AME.

Foi possível perceber que o trabalho conjunto participativo e a integração entre a pesquisadora e o grupo pesquisado resultaram em um processo de ensino-aprendizagem mais eficazes e na maior compreensão dos conceitos aqui perseguidos, além da produção de saber antes não conhecidos ou não estimulados pela organização.

Esse relato se desenvolveu durante cerca de dois meses, contudo, sabemos que esse é um processo longo e contínuo, onde cada uma das participantes compreenderá mais sensivelmente a dinâmica do trabalho coletivo e colaborativo, mas compreendemos que os primeiros passos foram dados e que a organização conseguiu compreender as necessidades para um futuro promissor.

Os vínculos estabelecidos com esse trabalho serão estreitados, o que enfatizará as relações entre os pesquisados, fortalecendo a confiança que permitirá uma integração cada vez mais efetiva, onde esse tenha sido apenas um primeiro

passo para o estabelecimento de uma parceria sólida e o início de um processo de formação e educação de respeito, valorização e superação de cada ator aqui envolvido.

Esse trabalho tem como compromisso a verdade dos fatos relatados e o desejo de que seus apontamentos sirvam para a implantação dos princípios aqui revelados, por meio da pedagogia autogestionária e dos princípios da Economia Solidária como alternativa de vida.

Com esse trabalho espero contribuir para que outras organizações possam fazer uso da pedagogia autogestionária e dos princípios da Economia Solidária a favor do bom desenvolvimento e crescimento institucional e profissional em suas organizações.

Que a mudança gerada a partir desse trabalho possa alcançar positivamente as mulheres atendidas pela AME, suas famílias e conseqüentemente a sociedade de forma geral, pois se por meio dele alcançarmos apenas uma pessoa a superar sua situação de sofrimento social, ou na geração de emprego e renda para alguma família, ou a melhorar o respeito ante as diferenças do outro, já terá valido a pena.

PARTE III

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Quando iniciei minha graduação não tinha claro qual seria meu projeto de futuro, contudo, em relação à educação, sei que quero ingressar num mestrado e em seguida no doutorado.

Quero continuar contribuindo profissional e intelectualmente para educação do país, assim como para o desenvolvimento das organizações do terceiro setor.

Fui convocada para assumir o cargo de professora substituta na Secretaria de educação do governo do Distrito Federal, convite esse que recusei, mas que tinha acabado assumir um compromisso com a AME, onde tenho aprendido a gostar de trabalhar com o passar dos dias.

Gosto muito do trabalho com adultos, talvez se eu, um dia seguir a carreira docente, seguiria por esse caminho ou me envolveria com a formação de professores.

REFERÊNCIAS:

Atlas da Economia Solidária no Brasil. Brasília: MTE/SENAES, 2006.

BAPTISTA, Luciene L. A qualidade de vida no trabalho na fronteira entre autogestão e heterogestão: um estudo de caso qualitativo na cooperativa Cotravic, (Tese de Doutorado em Administração) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012 (publicada em 2013) disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-03052013-183118/pt-br.php>

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

BAVA, Silvio C. O Terceiro Setor e os Desafios do Estado de São Paulo para o Século XXI. In: Cadernos Abong. ONGs Identidades e Desafios Atuais. São Paulo: Autores Associados, 2000. 41-86.

BERTALANFFY, Von Ludwig. Teoria geral dos Sistemas. Editora Vozes, Petrópolis, 1975.

BNDES/AS/GESET/ RELATO SETORIAL Nº 3, Cláudia Soares Costa – gerente, 2001. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/tsetor.pdf

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Brasília, 27 maio. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm >. Acesso em: 11 julho. 2013. 21:00.

CARVALHO, C. A. Poder, conflito e controle nas organizações modernas. Maceió: EDUFAL, 1998.

DELGADO, M. V. M. O terceiro setor no Brasil: uma visão histórica. Revista Espaço Acadêmico, n. 37, jun. 2004.

DELORS, Jacques (Coord.). Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional de Educação para o Século XXI. Brasília: UNESCO, 1996.

_____. Educação: Um tesouro a descobrir. 10. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília. DF: MEC: UNESCO, 2006.

Documentos oficiais da Economia Solidária: CAMP - Centro Educação Popular, Cartilha de Economia Solidária, Porto Alegre, RS, 2006. disponíveis em www.ejaeconosol.org.br

FERNANDES, Rubens C. Privado Porém Público: O terceiro Setor na América Latina. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume – Dumaré, 1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 47ª. ed., 2005.

_____. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 30 ed. 2007.

_____. (1969). Extensão ou comunicação? 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 34ª. ed., 1996 (Coleção Leitura).

GADOTTI, Moacir. Economia Solidária como práxis pedagógica. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAJARDO, Marcela. Pesquisa participante na América Latina, São Paulo: Brasiliense, 1986.

GOHN, M.G.M. Educação não-formal e cultura Política: impactos sobre o associativismo no terceiro setor. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GONÇALVES, H. S. O Estado o Terceiro Setor e o Mercado: Uma Tríade Completa - 1999. Disponível em: <http://www.rits.org.br/> Acesso em: 27 de Junho. de 2013.

GUTIERRES, Kellen Alves, Avanços e retrocessos: terceiro setor e os impasses para a construção democrática no Brasil, Dissertação de Mestrado (ciência política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28052007-140552/pt-br.php>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no brasil 2010. Gerência de Cadastro Central de Empresas: Estudo e Pesquisa. Informação Econômica. N. 20. ed. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf>. Acesso em: 3 junho 2013.

INSTITUTO PRO BONO, Manual do Terceiro Setor, <http://www.probono.org.br/arquivos/file/manualterceirosetor.pdf>

KRUPPA, Sonia M. Portella. Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: Inep, 2005.

KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MOTHÉ, Daniel. Développement durable, capital culturel, éducation populaire et autogestion. Tradução de Cláudio Araújo Nascimento. Publicado parcialmente no boletim Acontece Senaes, número especial. Primeiro Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária. Brasília, agosto, 2004.

OLIVEIRA FILHO, E. Criação e Sustentabilidade de Organizações Não Governamentais no Brasil. Brasília, 2006. Disponível em

<www.administradores.com.br/producao-academica/ongs.../download/>

OLIVEIRA, A. C.; HADDAD, S. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. Cadernos de Pesquisa, n.112, mar. 2001. Acesso em: 01 julho. 2013.

OLIVEIRA, Elsa Guimarães. Educação a distância na transição paradigmática. 2ª edição, São Paulo: Papirus, 2006.

Portal AME, Associação de Mulheres Empreendedoras, 2013, disponível em <http://www.amedf.org.br/>. Acesso 01/07/2013.

ROTHGIESSER, Tanya L. Sociedade Civil Brasileira e o Terceiro Setor - 2002. Disponível em: <http://www.terceirosetor.org.br/>. Acesso em: 1 de julho. de 2013.

Simara Maria de Souza Silveira Greco. Empreendedorismo no Brasil: 2010, et al. Curitiba : IBQP, 2010. 286 p.

Singer, Paul - A Economia Solidária como ato pedagógico. In Sonia M. Portella Kruppa (org). Economia solidária e educação de jovens e adultos Brasília: Inep, 2005.

_____, Introdução. In: MELLO, Sylvia Leser de (org.). Economia solidária e autogestão: encontros internacionais. São Paulo: Nesol/USP, 2005a.

Tavares Fernandes, J., de Campos, F. y Oliveira da Silva, M.: "Mulheres empreendedoras: o desafio de empreender", en Contribuciones a las Ciencias Sociales, Junio 2013, www.eumed.net/rev/cccss/24/familia-trabalho.html

TEIXEIRA, Ana Claudia C. Identidades em Construção: As Organizações Não-Governamentais no Processo Brasileiro de Democratização. Campinas, 2000. 166 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

THIOLLENT, Michel. Pesquisa-ação nas organizações. São Paulo: Atlas São Paulo: Atlas, 1997.

VERARDO, Luigi. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, Sylvia Leser de (Org). Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais. São Paulo: NESOL- USP, ITCP-USP, PW, 2005.

ANEXOS

Anexo 1: Estatuto da AME.



AME – Associação de Mulheres Empreendedoras

ESTATUTO

Capítulo I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Art. 1º - A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME, também designada pela sigla AME, constituída em 19/04/2004 é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede em Brasília, Distrito Federal e foro em Brasília – DF- Brasil.

Parágrafo único - A Instituição adota para si, com exclusividade em todo o território nacional, as iniciais AME, formadas com as primeiras letras do seu nome.

§ 1º - Suas cores são:



§ 2º - Os três pilares de atuação da AME são: a mulher, o empreendedorismo e a ação.

Art. 2º - A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME tem por finalidade promover: oportunidades às mulheres visando a busca de igualdade social e cultural entre homens e mulheres, difundir os negócios coordenados por mulheres, desenvolver projetos sócio-culturais e ambientais, efetiva atuação no cenário feminino frente ao mercado de trabalho, informar a sociedade sobre as condições e os direitos das mulheres, bem como implementar uma rede de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, tudo em conformidade com o que dispõe na legislação vigente (Lei 9.790/99, art.3º).

Parágrafo Único - A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social. (Lei 9.790/99, art.1º, § 1º)

Art. 3º - No desenvolvimento de suas atividades, a Associação de Mulheres Empreendedoras – AME, observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião. (Lei 9.790/99, inciso I do art.4º)

Parágrafo Único – A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME se dedica às suas atividades

por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins. (Lei 9.790/99, parágrafo único do art. 3º)

Art. 4º - A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME, terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 5º - A fim de cumprir suas finalidades, a Instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias.

Parágrafo único – Os serviços de educação ou de saúde a que a entidade eventualmente se dedique serão prestados de forma inteiramente gratuita e com recursos próprios, vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente.

Capítulo II - DOS SÓCIOS

Art. 6º - A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME é constituída por número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias: fundadoras, efetivas e colaboradoras.

- I. Fundadora: pessoa física, do sexo feminino, que participou da Assembléia Geral de fundação da AME.
- II. Efetiva: qualquer pessoa física que se comprometa com a contribuição financeira periódica para a realização e desenvolvimento das atividades da Entidade.
- III. Colaboradora: qualquer pessoa física que se comprometa com a contribuição financeira e/ou prestação voluntária de serviço para a AME.

Parágrafo Único: A admissão e a exclusão dos associados é atribuição exclusiva da Assembléia Geral.

Art. 7º - São direitos das associadas fundadoras, efetivas e colaboradoras, quites com suas obrigações sociais:

- I. participar de todas as Assembléias Gerais e votar todos os assuntos nelas discutidos;
- II. votar e ser votada para cargo eletivo da AME;
- III. propor a admissão e exclusão de sócias;
- IV. aprovar, em assembléia, as propostas de trabalho encaminhadas pela Diretoria;
- V. propor a Diretoria medidas de interesse ou de utilidade para a Associação;
- VI. requerer a convocação de Assembléia Geral Extraordinária, atendidas as exigências previstas neste Estatuto.
- VII. demitir-se da Entidade quando lhe convier;

Art. 8º - São deveres das associadas:

- I. cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. acatar as decisões da Diretoria;
- III. concorrer com o seu esforço pessoal para a plena consecução dos objetivos da AME;
- IV. desenvolver as tarefas que lhes forem atribuídas pela Assembléia Geral;
- V. cumprir e zelar pelo cumprimento do Estatuto e demais normas internas da AME;

- VI. pagar em dia, eventuais contribuições financeiras, estipuladas pela Diretoria;
- VII. zelar pela imagem da Associação;
- VIII. prestigiar as atividades da Associação.

Art. 9º - As sócias não respondem, nem mesmo, subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

Parágrafo único – As associadas não serão responsáveis, pessoalmente, pelas obrigações que contraírem em nome da entidade, mas responderão subsidiariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem por culpa ou dolo.

Art. 10 - Deixará de pertencer ao quadro social da AME a associada que:

- I. vier a falecer;
- II. pedir desligamento por escrito e assinado de próprio punho;
- III. for excluído, por justa causa, pela Diretoria, após o devido processo legal com direito ao contraditório e ampla defesa à associada, sendo facultado recurso à Assembléia Geral;
- IV. por dissolução da pessoa jurídica;
- V. por incapacidade civil não suprida.

Art. 11 - As associadas estão sujeitas às penalidades de suspensão e eliminação do quadro associativo da AME, nos seguintes casos:

- I. serão suspensos os direitos da associada que não estiver com a suas contribuições social e financeira em dia ou que desacatar decisões adotadas em conformidade com este Estatuto;
- II. será eliminado do quadro da AME a associada que a macular, que reincidir no desacato de decisões adotadas em conformidade com este Estatuto, que causar prejuízo material à entidade ou que sem motivo justificado atrasar por mais de 06 (seis) meses o pagamento de sua contribuição social;

§ 1º - À acusada será garantido o contraditório e ampla defesa. Depois de notificada, a associada terá 10 (dez) dias para apresentar a defesa por escrito, em seguida a Diretoria terá 15 dias para aplicar a penalidade ou absolvê-la.

§ 2º - Da penalidade imposta caberá recurso à Assembléia Geral, que deverá ser convocada no prazo máximo de 30 dias a contar da data do protocolo do recurso.

§ 3º - A associada que tenha sido desligada ou eliminada do quadro da AME, poderá ser readmitida, desde que se reabilite, a juízo da Diretoria *ad referendum* da Assembléia Geral, ou liquidem seus débitos, quando se tratar de atraso de pagamento.

§ 4º - A decisão de exclusão de associada será tomada pela maioria simples dos membros da Diretoria.

Capítulo III - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 12 - A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME será administrada (o) por:

- I. Assembléia Geral;
- II. Diretoria;
- III. Conselho Fiscal (Lei 9.790/99, inciso III do art. 4º)

Parágrafo único - A Instituição remunera seus dirigentes que efetivamente atuam na gestão executiva e aqueles que lhe prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado na região onde exerce suas atividades (Lei 9.790/99, inciso VI do art. 4º)

Art. 13 - A Assembléia Geral, órgão soberano da Instituição, com poderes para deliberar sobre todos os assuntos e tomar as providências que julgar necessárias à sua defesa e desenvolvimento vinculam todos ainda que ausentes ou discordantes.

Parágrafo único – A Assembléia Geral se constituirá das sócias em pleno gozo de seus direitos estatutários, será convocada pela Presidente da AME, através de edital publicado em órgão oficial ou em jornal de grande circulação, com antecedência mínima de cinco dias.

Art. 14 - Compete à Assembléia Geral:

- I. eleger e destituir a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II. zelar pelo cumprimento do presente Estatuto e deliberar sobre sua alteração com o concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes;
- III. deliberar sobre orçamento anual, as contas, balanços e relatórios da Diretoria, após o parecer prévio do Conselho Fiscal;
- IV. julgar, em instância superior, os recursos interpostos das decisões da Diretoria;
- V. decidir sobre a extinção da Instituição;
- VI. decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VII. aprovar o Regimento Interno;
- VIII. deliberar sobre o plano de trabalho elaborado pela Diretoria.
- IX. exercer qualquer poder não expressamente atribuído a outro órgão;

Art. 15 - A Assembléia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I. aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria;
- II. apreciar o relatório anual da Diretoria;
- III. discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 16 - A Assembléia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

- I. pela Diretoria;
- II. pelo Conselho Fiscal;
- III. por requerimento de mais de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados quites com as obrigações sociais.

Art. 17 - A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a

obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios. (Lei 9.790/99, inciso II do art. 4º)

Art. 18 - A Diretoria será constituída por:

- I. Presidente;
- II. Vice-Presidente;
- III. Diretora Social;
- IV. Diretora de Relações Institucionais;
- V. Diretora de Gestão;
- VI. Diretora de Empreendedorismo;
- VII. Diretora de Assuntos Jurídicos;
- VIII. Diretor de Publicidade e Marketing.

§ 1º - A eleição da Diretoria se dará por meio de chapa, sendo vitoriosa a que obtiver maioria simples dos votos válidos.

§ 2º - O mandato da Diretoria será de 03 (três) anos, não sendo vedada mais de uma reeleição.

§ 3º - Não poderão ser eleitas para os cargos de Diretoria da entidade, as sócias que exerçam cargos, empregos ou funções junto aos órgãos do Poder Público.

Art. 19 - Compete à Diretoria:

- I. elaborar e submeter à Assembléia Geral a proposta de programação anual da Instituição;
- II. fiscalizar e fazer cumprir as deliberações das Assembléias Gerais;
- III. executar a programação anual de atividades da Instituição;
- IV. elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual;
- V. reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- VI. contratar e demitir funcionários;
- VII. regulamentar as Ordens Normativas da Assembléia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da Instituição;
- VIII. elaborar o Regimento da AME;
- IX. decidir sobre os casos omissos deste Estatuto, *ad referendum* da Assembléia Geral;
- X. estipular mensalidades e contribuições financeiras para as associadas;
- XI. zelar e administrar o patrimônio financeiro, móvel e imóvel da AME.

Art. 20 - A Diretoria se reunirá, no mínimo, uma vez por mês.

Art. 21 - Compete à Presidente:

- I. representar a Associação de Mulheres Empreendedoras – AME judicial e extra judicialmente;
- II. convocar e coordenar as reuniões da Diretoria;
- III. traçar as linhas gerais de ação da Instituição, subsidiar e propor meios e indicativos para a consecução de seus objetivos e estabelecer as metodologias das atividades;
- IV. criar grupos e equipes para realização de tarefas específicas, como pesquisas, formação e publicações;

- V. fiscalizar e fazer cumprir as deliberações das Assembléias Gerais;
- VI. zelar pelo cumprimento do Estatuto e Regimento Interno;
- VII. elaborar e submeter anualmente à Assembléia Geral plano de trabalho, bem como Relatório de atividade da AME, acompanhado do Balanço e do parecer do Conselho Fiscal;
- VIII. convocar a Assembléia Geral nos termos deste Estatuto;
- IX. ordenar a realização das despesas, movimentar conta bancária e assinar cheques em conjunto com a Vice Presidente;
- X. propor alterações ao presente Estatuto, submetendo-as à aprovação da Assembléia Geral;
- XI. aprovar as alienações, onerações e inversões de bens e de direitos;
- XII. aprovar as diretrizes de aplicações financeiras;
- XIII. deliberar sobre a assinatura de convênios.

Art. 22. Compete à Vice-Presidente:

- I. substituir a Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III. prestar, de modo geral, sua colaboração a Presidente;
- IV. movimentar conta bancária e assinar cheque em conjunto com a Presidente.

Art. 23 - Compete à Diretora Social:

- I. coordenar as atividades da secretaria da AME;
- II. manter sob sua guarda os livros, arquivos, documentos constitutivos da AME, atas e demais documentos;
- III. secretariar as Assembléias e as reuniões da Diretoria;
- IV. substituir a Presidente em atividades sociais;
- V. zelar pela boa imagem da organização;
- VI. participar das reuniões da Diretoria;
- VII. promover e publicar plano de atividades sociais.

Art. 24 – Compete à Diretora de Relações Institucionais:

- I. substituir a Diretoria Social em suas faltas ou impedimentos;
- II. assumir o mandato, em caso de vacância, até seu término;
- III. prestar, de modo geral, a sua colaboração a Diretora Social;
- IV. promover a cooperação da AME e seus associados com o poder público e/ou com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;
- V. promover capacitação e treinamento em relações institucionais e internacionais;
- VI. implementar plano de estratégias de relações institucionais.

Art. 25 – Compete à Diretora de Gestão:

- I. coordenar as atividades financeiras da AME;
- II. arrecadar e contabilizar as contribuições das associadas, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;
- III. supervisionar os serviços contábeis, de tesouraria e implementação do orçamento anual;
- IV. organizar, controlar e executar o serviço de cobrança e pagamento;
- V. apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

- VI. elaborar anualmente o balanço e, mensalmente, os balancetes a serem encaminhados ao Conselho Fiscal;
- VII. promover e controlar as aplicações financeiras da AME;
- VIII. manter sob sua guarda os livros contábeis;
- IX. manter o registro dos bens de propriedade da AME;
- X. manter todo o numerário em estabelecimento de crédito.

Art. 26 - Compete à Diretora de Empreendedorismo:

- I. substituir a Diretora de Gestão em suas faltas e impedimentos;
- II. assumir o mandato em caso de vacância, até seu o seu término;
- III. prestar, de modo geral, sua colaboração a Diretora de Gestão;
- IV. promover cursos de capacitação em empreendedorismo;
- V. participar de reuniões, congressos e eventos para divulgar as atividades empreendedoras das associadas da AME;
- VI. promover parcerias relacionadas com as atividades empreendedoras das associadas de interesse da AME.

Art. 27 - Compete à Diretora Jurídica:

- I. defender e orientar todas as ações da AME;
- II. coordenar os atendimentos jurídicos de interesse da AME;
- III. promover programas de responsabilidade social.

Art. 28 - Compete ao Diretor de Marketing:

- I. ser responsável pela produção do material de propaganda da AME;
- II. organizar e manter o SITE da AME;
- III. operacionalizar as ações de marketing.

Art. 29 - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros e seus respectivos suplentes eleitos pela Assembléia Geral.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Art. 30 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. examinar os livros de escrituração da Instituição a qualquer época;
- II. opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade (Lei 9.790/99, inciso III do art. 4º);

- III. requisitar a Diretoria, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- IV. contratar e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V. convocar extraordinariamente a Assembléia Geral;
- VI. acusar toda e qualquer irregularidade, indicando medidas saneadoras;
- VII. em caso de liquidação da AME, praticar os atos julgados indispensáveis para o seu bom termo.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente sempre que convocado pela sua Presidente ou sempre que se fizer necessário.

Capítulo IV - DO PATRIMÔNIO

Art. 31 - O patrimônio da Associação de Mulheres Empreendedoras – AME será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

Art. 32 - No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Art. 33 - Na hipótese da Instituição obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdeu aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social. (Lei 9.790/99, inciso V do art. 4º).

Capítulo V – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 34 - A prestação de contas da Instituição observará no mínimo (Lei 9.790/99, inciso VII do art. 4º):

- I. os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III. a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV. a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Art. 35 - Os recursos financeiros necessários à manutenção da Instituição poderão ser obtidos por: termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação; contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais; doações, legados e heranças, rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração, contribuição dos associados e recebimento de direitos autorais.

Capítulo VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36 - A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 37 – As integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal perderão seus mandatos nos seguintes casos:

- I. malversação ou dilapidação do patrimônio da Associação;
- II. grave violação deste Estatuto;
- III. abandono do cargo; e
- IV. perda da condição de associado.

Art. 38 - O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos sócios, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 39 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Art. 40 - Este Estatuto entra em vigor na data da sua aprovação.

Brasília- DF, 16 de dezembro de 2009.

MARIA CRISTINA BONER LEO

Presidente